



Boletim do **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português | N° 40 - julho de 2025

R\$ 5

90 anos do POR boliviano

construindo a direção revolucionária do proletariado



Em defeza do Irã contra os ataques militares dos Estados Unidos e Israel

Por um levante da maioria explorada contra o genocidio na Faixa de Gaza e as investidas bélicas no Líbano, Síria e Iêmen

Somente a classe operária unida e em luta contra o imperialismo pode deter o avanço para a catástrofe mundial!

**Declarações e
manifestos sobre
Oriente Médio**

p. 3

**Intervenções no Ato
pelos 90 anos do
POR boliviano**

p. 12

**Informes de Brasil,
Bolívia, Chile e
Argentina**

p. 30

Apresentação

É urgente resolver a crise de direção revolucionária. Os 90 anos de história do POR boliviano nos mostram o caminho para reconstruir a Quarta Internacional.

Nos últimos meses, assistimos ao agravamento da crise internacional em todos os terrenos.

O novo governo Trump intensificou a guerra comercial, visando à China e seus aliados mais próximos, buscando atrair fábricas para o país, aumentar os recursos fiscais e responder à gigantesca dívida pública e ao déficit orçamentário.

Sua política se concentrou na perseguição e expulsão em massa de imigrantes, expressando abertamente suas ambições anexacionistas sobre o Canadá e a Groenlândia e impondo militarmente o controle total sobre o Canal do Panamá. Também pressionou Zelensky a chegar a um acordo de paz na guerra da Ucrânia, de forma que conceda suas riquezas mineiras e abra os negócios para a reconstrução do país, acenando à Rússia a possibilidade de anexar parte de seu território. Interveio no Oriente Médio com o objetivo de expulsar os palestinos da Faixa de Gaza e tomar esse território para seus próprios projetos.

Trump avançou fortemente em seu intervencionismo para pressionar os países a romperem os acordos com a China. Acelerou as tendências bélicas, ao contrário do que anunciara durante sua campanha e em suas primeiras semanas de governo. A guerra na Ucrânia, que anunciou que “terminaria em 48 horas”, se prolonga com mais destruição e morte. A União Europeia e, em particular, a Alemanha, incentivava Zelensky a sustentar a guerra, com o apoio financeiro e armamentista. Está claro que Trump e as maiores potências europeias jogam com a paz para justificar a escalada bélica.

O imperialismo promoveu a derrubada do governo sírio de Assad, ao mesmo tempo em que alimentava as políticas expansionistas do regime genocida israelense no Líbano, na Síria, na Cisjordânia e na guerra contra o Irã. Os bombardeios sobre as instalações nucleares e militares do Irã pelas Forças de Defesa de Israel e pelos Estados Unidos expressam e fazem parte da decomposição mundial do capitalismo. O motivo alegado de impedir que o Irã alcance a bomba atômica corresponde ao objetivo de esmagar toda e qualquer resistência nacional ao imperialismo, cuja hegemonia passou a ser exercida pelos Estados Unidos desde a década de 1950.

Por outro lado, pressionou a Índia a se juntar à sua aliança militar no Sudeste Asiático. Na recente reunião da OTAN, os EUA voltaram a exigir que a Europa impulsione o armamentismo e que, para isso, chegasse a aplicação de 5% do PIB em defesa.

Na base das fortes tendências à guerra, que ameaça se transformar abertamente em Guerra Mundial, se encontra a pretensão dos EUA de restabelecer seu papel hegemônico e impor unilateralmente regras ao mundo inteiro. Para romper sua estagnação e declínio não lhe resta outra opção senão alimentar a corrida armamentista e a guerra. Mas

a decomposição capitalista ultrapassa em muito os EUA. Todo o sistema esbarra em suas contradições fundamentais, que não consegue resolver.

A impotência dos setores que viram o cessar-fogo em Gaza como uma vitória, que mal conseguiu conter o horror do genocídio por um instante, é visível. Aqueles que se apressaram em declarar vitória com a queda de Assad e a ascensão do governo HTS na Síria, apoiado pelos EUA e pela Europa, e aqueles que continuam a alimentar a ilusão de “dois Estados” na Palestina, estão claramente na contramão da luta revolucionária pela autodeterminação das nações oprimidas no Oriente Médio. A impotência dos governos nacional-reformistas para enfrentar as imposições coloniais dos Estados Unidos também é evidente.

Diante da covardia, da impotência e da traição das velhas direções políticas e sindicais, **é cada vez mais urgente que a classe operária resolva sua crise de direção revolucionária.** O agravamento da crise e da luta de classes em todo o mundo ressalta o fato de que não há outra saída senão a revolução social que enterre o capitalismo esgotado e em decomposição. O problema dos problemas, então, está em como resolver a direção política dos movimentos que abrem caminho como podem, com as organizações que possuem, para responder à crise que se abate sobre eles e empurra a humanidade à barbárie. Não há possibilidade de reformas ou meio-termo. **É obrigação dos revolucionários transformar o instinto de luta e resistência das massas em expressão consciente, para ajudá-las a alcançar a vitória.**

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI) trabalha sob essa perspectiva: chama os revolucionários a darem passos para construir partidos revolucionários em cada país. Trata-se de construir o programa baseado na estratégia da revolução e ditadura proletárias, única via para começar a construir o socialismo, assentada no Programa de Transição e nas Teses da Revolução Permanente. Trata-se de partidos operários revolucionários que se edifiquem como seções do Partido Mundial da Revolução Socialista. Convocamos as organizações e militantes da vanguarda que concordem com essa estratégia a trabalharem nessa perspectiva, fazendo um balanço das dificuldades, desvios e erros que, no passado, bloquearam a possibilidade de resolver essa questão essencial, que corresponde à crise de direção.

O CERQUI se apoia e oferece a extraordinária história do POR boliviano, que celebra seu 90º aniversário! Sob essas mesmas bandeiras, do socialismo e do comunismo, dedicamos esta edição especialmente à campanha de homenagem Internacional a sua história, que deve ser assimilada como expressão viva do marxismo-leninismo-trotskismo.

30 de junho de 2025



Vários dias de protestos em massa contra a agressiva política de prisões de imigrantes do governo Trump

Los Angeles abriga milhões de trabalhadores estrangeiros, especialmente uma grande comunidade latina. As manifestações, que já duram vários dias e incluem algumas expressões mais radicais, foram uma resposta à intensificação da campanha para localizar e deportar migrantes que entram no país, com invasões em locais de trabalho e prisões em massa. Um protesto chegou ao centro de detenção federal no centro de Los Angeles e foi reprimido com gás lacrimogêneo. Os manifestantes também marcharam até a entrada de um tribunal de imigração em São Francisco, após denúncia de que pelo menos duas pessoas foram algemadas e colocadas em vans sem licença do lado de fora do prédio por agentes do Serviço de Controle de Imigração e Alfândega. Os manifestantes gritavam “Fora ICE de Los Angeles!” e “Fora Guarda Nacional!”, referindo-se aos agentes de imigração e aos reservistas. Os manifestantes entraram em confronto com a tropa de choque fortemente equipada, que reprimiu o protesto com gás lacrimogêneo. Um grande número de pessoas foi preso durante os protestos em Los Angeles. A intervenção do Governo Federal alimentou ainda mais os protestos. Protestos contra as invasões também ocorreram em três grandes cidades do Texas.

Uma grande mobilização contra Trump está planejada para 14 de junho, alcançando 1.800 localidades de costa a costa. Essa mobilização visa ofuscar o desfile militar programado para esse dia em Washington. Seniores republicanos dissidentes do governo decidiram não participar do desfile. Em Nova York, o Departamento de Polícia já começou a tomar medidas repressivas preventivas contra a próxima manifestação.

Essa campanha mais agressiva do governo federal contra imigrantes busca atualmente encobrir a crise econômica que se agrava e os conflitos internos de um governo em crise, agora exacerbados pelo confronto aberto com o governo da Califórnia.

Trump alegou que Los Angeles está sendo invadida por um “inimigo estrangeiro” e que invocaria a Lei da Insurreição se as tensões aumentassem para dissolver militarmente os protestos. Disse que na noite de segunda-feira “havia certas áreas” da cidade que “poderiam ter sido palco de insurreições”.

Trump ordenou o envio de 4.000 soldados da Guarda Nacional e 700 fuzileiros navais de elite para Los Angeles, aumentando as tensões dos protestos e promovendo a militarização da segunda maior cidade dos EUA com sua decisão. A Guarda Nacional é uma força armada de reserva normalmente controlada por governadores estaduais e usada em resposta a desas-

tres naturais. Seus reservistas não são mobilizados por um presidente contra a vontade de um governador estadual desde 1965, no auge do movimento pelos direitos civis. O envio de tropas regulares, como os fuzileiros navais, é ainda mais incomum. A lei dos EUA proíbe o uso das Forças Armadas como força policial, a menos que esteja ocorrendo uma insurreição.

Trump acusou os manifestantes de Los Angeles de serem “agitadores profissionais e insurreccionais”, declarando: “O que vocês estão testemunhando na Califórnia é um ataque total à paz, à ordem pública e à soberania nacional, perpetrado por manifestantes agitando bandeiras estrangeiras com a intenção de prolongar uma invasão estrangeira ao nosso país. Não permitiremos que isso aconteça”, durante um comício em Fort Bragg, a maior base militar em solo americano. Acusou o governador de não reprimir suficientemente os protestos.

Trump pediu a prisão do governador da Califórnia, Newsom, e o presidente da Câmara de Representantes, Mike Johnson, declarando que “deveria ser pichado e emplumado”, tal como a antiga técnica de punição pública. A secretária de Segurança Interna, Kristi Noem, por sua vez, acusou a presidente do México, Claudia Sheinbaum, de incitar os protestos. O presidente dos EUA havia acabado de declarar que “a questão da imigração não pode ser resolvida por meio de invasões policiais ou violência” e pediu uma “reforma migratória abrangente” que reconheça

o papel dos mexicanos que vivem nos EUA.

O governo da Califórnia afirmou que a maioria dos manifestantes é pacífica e que o Estado é capaz de manter a ordem sem intervenção federal. Gavin Newsom solicitou à justiça que bloqueasse urgentemente o envio de tropas militares para Los Angeles: “Enviar combatentes de guerra às ruas não tem precedentes, o que ameaça os fundamentos da nossa democracia”. Disse também que Trump “se comporta como um tirano, não como um presidente. Pedimos à Corte que bloqueie imediatamente essas ações ilegais”. “Se alguns podem ser presos sem uma ordem judicial com base em suspeita ou cor da pele, ninguém está seguro.”

O comandante do Corpo de Fuzileiros Navais declarou que as tropas mobilizadas em Los Angeles ainda não foram chamadas a responder aos protestos e estão ali apenas para proteger autoridades e propriedades federais. Na terça-feira, o governo decretou toque de recolher no centro de Los Angeles a partir das 20h. O governador do Texas afirmou que mobilizará a Guarda Nacional conforme os protestos se espalhem.

As políticas de Trump são uma resposta desesperada diante do retrocesso do poder hegemônico dos EUA, da decadência, do estancamento de sua economia e da inflação, bem como de seu endividamento extraordinário que continua a crescer devido ao seu déficits orçamentário e da balança comercial.

havia exigido antes de assumir o cargo.

É sintomático que Trump tenha reforçado a militarização da fronteira dos Estados Unidos com o México. Criou duas Áreas de Defesa Nacional entre abril e maio. Para controlar a “Zona de Emergência Nacional”, ampliou o número de militares para 8 mil soldados e estruturou um poderoso aparato bélico com aviões de guerra, drones e navios da marinha. De forma que ampliou as bases militares já existentes na fronteira com o Estado mexicano de Chihuahua.

A repressão interna, os cortes orçamentários, o avanço contra os direitos humanos e o ataque às universidades são acompanhados pela política externa de intervenção no Panamá, pelas ameaças contra a Venezuela, pela pressão sobre todos os países para que rompam ou limitem seus acordos com a China, pela imposição de um acordo colonial à Ucrânia, pelo apoio militar e financeiro ao Estado de Israel em sua política genocida, pela ameaça de um ataque ao Irã para impedir seu direito de possuir armas nucleares, por suas pretensões de anexação da Groenlândia e no Canadá e pela guerra comercial desencadeada contra o resto do mundo.

O fracasso da ofensiva tarifária, com a queda da Bolsa de Valores e a elevação das taxas de juros, obrigou-o a recuar e provocou rupturas em seu governo. O debate orçamentário também revelou as divisões dentro da burguesia imperialista e o embate brutal com seu parceiro Elon Musk, que defendia as medidas de austeridade e a manutenção dos subsídios estatais para suas empresas. Setores republicanos expressaram seu desacordo com a proposta orçamentária. Tanto aqueles que apoiam o orçamento quanto aqueles que se opõem caracterizam que o país pode enfrentar uma situação de catástrofe econômica. E, antes disso, há o conflito com o Federal Reserve, que se recusou a cortar as taxas de juros, como Trump



É a decomposição capitalista que impulsiona respostas militaristas, autoritárias e guerras comerciais, que tendem a se transformar em guerras em todo o mundo e varrer as formas democráticas de dominação.

A classe operária norte-americana deve se libertar da tutela democrata e enfrentar a crise com suas próprias políticas. Sua intervenção é essencial para deter o militarismo e as guerras, para acabar com o autoritarismo e a perseguição aos migrantes. Deve derrubar o poder de Wall Street, dos bancos e das poderosas multinacionais que dirigem a economia. Deve pôr fim, por meio da ação direta das massas, à minoria ultraconcentrada que domina o país e representa o principal obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. Não haverá paz nos Estados Unidos ou no mundo até que esse poder imperial seja derrubado por meio da revolução social. A classe operária deve construir seu próprio partido revolucionário, que expresse essa estratégia, como parte da luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, que vem sendo impulsionado pelo CERQUI.

12 de junho de 2025



Em defesa do Irã contra os ataques militares dos Estados Unidos e Israel

Por um levante da maioria explorada do Oriente Médio e do mundo contra o genocídio na Faixa de Gaza e contra as investidas bélicas no Líbano, na Síria e no Iêmen

Somente a classe operária unida e em luta contra o imperialismo pode impedir o impulso à catástrofe mundial

Pôr em pé a frente única anti-imperialista, sob a direção do proletariado!

A invasão militar da Faixa de Gaza, em seguida ao 7 de outubro de 2023, desencadeou um movimento mais amplo do Estado sionista de Israel no Oriente Médio, sendo que o principal inimigo era e é o Irã. As Forças de Defesa de Israel estavam bem preparadas e prontas para travarem um combate contra a resistência do povo palestino aos objetivos de anexação territorial.

A destruição e a carnificina na Faixa de Gaza têm sido justificadas pela burguesia sionista - nas palavras de Benjamin Netanyahu - e pelos Estados Unidos - agora, nas palavras de Donald Trump - como sendo um imperativo "existencial do Estado judeu". Nesse marco, o Estado sionista levou a guerra ao Líbano, Síria, Iêmen e a concentrou, neste momento, no Irã. Os bombardeios às usinas nucleares, às bases militares, aos campos de gás e petróleo, ao aeroporto e às instituições governamentais também são justificados em nome da "existência de Israel".

Os assassinatos seletivos planejados pelo Serviço de Inteligência (Mossad) de autoridades políticas, militares e científicas são típicas do terrorismo de Estado. Israel foi constituído como um enclave dos Estados Unidos no Oriente Médio. Nenhuma força militar da região tem como colocar em risco a existência do Estado sionista. Os Estados Unidos - a mais poderosa força bélica - não só ergueram na Palestina um Estado militarista como têm suas bases militares implantadas nos pontos mais estratégicos do Oriente Médio. Israel foi aparelhado com bomba atômica, de forma que é o único Estado capaz de travar um combate nuclear na região.

Os Estados Unidos provocaram um guerra contra o Iraque, sob a mesma justificativa de impedir que o regime de Saddam Hussein alcançasse armas químicas e nucleares. O país foi destroçado e perdeu o pouco de soberania que havia conquistado sob a política do nacionalismo burguês. O Irã, sob a ditadura monárquica do xá Mohammad Reza Pahlavi, esteve subordinado aos ditames dos Estados Unidos até que a revolução nacionalista triunfou em 1979. É bom lembrar que a OTAN interveio através do comando do general Robert Huyser, sem, contudo, ter como manter no poder o xá Pahlavi. O regime islâmico foi a forma que os iranianos encontraram para fazer frente às imposições norte-americanas e aliados. Desde então, o Irã ganhou influência econômica, militar e religiosa no Oriente Médio. Teve de travar uma guerra fratricida (1980-1988) com o Iraque, cuja influência dos interesses imperialistas foi decisiva. A estabilidade nas relações no Oriente Médio e a necessidade dos Estados Unidos mante-

rem o seu domínio levaram à guerra do Golfo (1900-1991) e à guerra do Iraque (2003-2011).

O imperialismo sufocou à força a resistência nacionalista no Iraque, sem, contudo, liquidá-la no Irã. As divisões religiosas no campo do islamismo favoreceram a intervenção norte-americana contra os movimentos nacionais e o consequente nacionalismo.

Na base dos antagonismos entre o Estado persa e Estados árabes, estão as riquezas petrolíferas e as posições geoestratégicas dos países do Oriente Médio, que surgiram após o fim do Império Otomano e as divisões traçadas pelo imperialismo na Primeira e Segunda Guerras Mundiais. A guerra civil na Síria, iniciada em 2011 e concluída com a queda de Bashar al Assad em 2024, tornou-se um pivô nesse processo de conflitos e guerras na região. A subordinação dos Estados árabes mais importantes, como Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito e Jordânia, à estratégia dos Estados Unidos de elevar o poder de Israel e favorecer seu avanço contra a resistência do povo palestino abriu o caminho para o Irã tomar a frente da luta contra as imposições norte-americanas e o expansionismo colonialista do Estado sionista. A longa guerra civil internacionalizada na Síria despedaçou o país e acirrou ainda mais os antagonismos nacionais provocados pelas relações capitalistas de produção. É de grande importância nessa rede de confrontações as guerras que envolveram o Líbano, desde a primeira guerra Árabe-Israelense, de 1948-1949, até a presente ocupação militar de Israel na Faixa de Gaza, cujos reflexos atingiram não só o Líbano como a Síria.

A decisão dos Estados Unidos de incentivarem e apoiarem o governo de Netanyahu a ir à guerra de anexação se deu em um momento de agravamento da crise mundial marcada pela guerra na Ucrânia e pelos antagonismos entre os Estados Unidos e a China. Um ano e oito meses de guerra na Faixa de Gaza e a ampliação do intervencionismo norte-americano na região debilitaram a resistência encarnada pelo Irã. A derrubada do governo de Assad na Síria se encarregou de garantir a supremacia de Israel sobre a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e o Líbano. Israel avaliou que conseguiu enfraquecer ao ponto máximo a resistência palestina, isolando a Faixa de Gaza, neutralizando o Líbano e a Síria. Chegou a hora de esmagar o Irã.

Os ataques e contra-ataques de abril e outubro de 2024 anunciaram a declaração de guerra de Israel contra o Irã, que, em 13 de junho de 2025, finalmente, se configurou como guerra. A tentativa de Trump de disfarçar a participação dos Estados Unidos soou como pantomina. Emmanuel Macron, presidente da

França, foi mais sincero e declarou apoio ao Estado sionista de Israel. O 1º ministro da Inglaterra, Keir Rodney Starmer, dispôs seu aparato militar para auxiliar as Forças de Defesa de Israel. Ao contrário, a China, Rússia e Turquia denunciaram a violação da Carta da ONU. Mesmo a Arábia Saudita e Emirados Árabes, ainda que demagogicamente, criticaram Israel. O fato concreto é que Israel ampliou seu raio de ação militar da Faixa de Gaza, para o Líbano, Síria, Iêmen, chegando ao Irã.

Os povos oprimidos do Oriente Médio e de todos os continentes têm o dever de defender o direito do Irã de desenvolver seu programa nuclear. Os Estados Unidos são o maior perigo para a humanidade, como demonstraram seus bombar-

deios nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki. O direito de um punhado de países monopolizarem a energia nuclear e, portanto, as armas atômicas, é uma imposição imperialista. As tentativas de controlar o domínio da energia nuclear não implicaram que as potências renunciassem à bomba atômica, que é utilizada para atemorizar as nações que se rebelam contra as imposições imperialistas. Não há porque Israel ter bomba atômica e não o Irã. É falsa a alegação de que um está por sua defesa existencial e outro não. Esse argumento mascara o caráter colonialista que passou a ocupar o Estado sionista de Israel, apoiado e controlado pelos Estados Unidos.

As tendências bélicas estão em franca ascensão, impulsionadas pela guerra comercial em curso, estando à frente os Estados Unidos e aliados. As guer-

ras na Ucrânia, Faixa de Gaza e, agora, no Irã são as pontas do iceberg do militarismo capitalista. Eis por que é fundamental que os explorados e povos oprimidos se levantem contra a dominação e a prepotência do imperialismo.

A crise de direção revolucionária tem impedido transformar o temor e o descontentamento dos explorados com as disputas econômico-comerciais e as guerras em movimentos revolucionários anti-imperialistas e anticapitalistas. A tendência, no entanto, é de a classe operária responder às consequências nefastas das disputas territoriais, das anexações e das imposições econômicas ditadas pelas potências.

Trata-se da vanguarda com consciência de classe confluir com as tendências instintivas de luta

dos explorados com o programa da revolução social. A constituição da frente única anti-imperialista é o ponto de partida para a classe operária e os demais explorados reunirem forças capazes de combater a burguesia e o regime capitalista em decomposição.

- **Pelo fim imediato dos ataques do Estado sionista de Israel, Estados Unidos e aliados ao Irã!**
- **Pelo fim imediato do genocídio do povo palestino!**
- **Organizar a luta anti-imperialista, sob a estratégia programática dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!**

15 de junho de 2025



LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirá já com o distribuidor do Jornal Massas.



Estados Unidos atacam o direito de autodeterminação da nação oprimida iraniana

Não à destruição do programa nuclear do Irã!

Não à derrubada do regime nacionalista pelas mãos dos Estados Unidos, Israel e potências europeias aliadas!

Libertar o Oriente Médio da dominação norte-americana e de seus aliados

Organizar e erguer o movimento anti-imperialista pelo fim da intervenção militar de Israel e Estados Unidos na Faixa de Gaza e no Irã

O imperialismo norte-americano orientou o Estado sionista de Israel a iniciar o “trabalho sujo”, segundo os termos pronunciados pelo primeiro Ministro da Alemanha, Friedrich Merz. O imperialismo como um todo e seus serviços dos países semicoloniais acham que agora Trump fará o trabalho limpo, porque estaria livrando o Oriente Médio dos perigos nucleares, que representaria o Irã e seu regime teocrático.

Não há como ocultar a farsa de que os Estados Unidos estariam apenas auxiliando o Estado sionista e o seu “regime democrático”. O envio dos Bombardeiros B-2 e a detonação das miraculosas superbombas GPU-57 sobre Fordow, Natanz e Isfahan alarmaram os hipócritas pacifistas e legalistas.

O secretário geral da ONU, António Guterres, alertou para o perigo de “ascender um fogo que ninguém poderá controlar”. O diretor geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Rafael Grossi, deu o sinal para que o governo sionista de Benjamin Netanyahu iniciasse o “trabalho sujo”, acionando o alarme com o aviso de que o Irã estava prestes a alcançar a bomba atômica. Embora não apresentasse comprovação, os bombardeios das Forças de Defesa de Israel foram apresentados como um imperativo “existencial” iminente.

Mas, somente os Estados Unidos poderiam varrer o programa nuclear do Irã, de forma que os iranianos tivessem de capitular e aceitar incondicionalmente as condições prescritas pela Casa Branca. Israel elevou a seu ponto mais alto de agressão ao Irã não só eliminando importantes figuras governamentais, dizimando os quadros de cientistas e destruindo bases de defesa do país, mas também bombardeando as usinas nucleares.

Trump procurou isentar os Estados Unidos como a principal força a declarar guerra ao Irã, dispensando formalidades legais. O presidente americano autorizou o governo Netanyahu a começar o trabalho sujo. Israel tomou a dianteira para ocultar a declaração de guerra pelo imperialismo norte-americano. Facilitou às potências europeias apoiarem a destruição das usinas nucleares iranianas como se fosse para garantir a existência do Estado de Israel.

O terreno foi preparado pelos Estados Unidos. Trump apresentou pontos de um “acordo” que acabava com o aparato nuclear estabelecido e bloqueava o processo técnico-científico nacional do Irã. Essas condições vinham acompanhadas da redução de sua potencialidade militar, limitando a capacidade de lançamento de mísseis. Nesse marco, o governo iraniano teria também de romper todas as relações

com o movimento de resistência do povo palestino. Trump montou a farsa diplomática em torno à discussão sobre um acordo que evitasse os ataques de Israel e dos próprios Estados Unidos às instalações nucleares do Irã. Deu um prazo para o governo aceitar as condições. Não esperou a continuidade das negociações.

Israel alcançou uma capacidade militar muito superior a de qualquer país do Oriente Médio, mas não tem como impor tais condições tipicamente imperialistas. O desespero em anexar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia expõe as necessidades econômicas de um país forjado artificialmente e totalmente dependente dos Estados Unidos. De forma que os bombardeios israelenses no Líbano, Síria e Iêmen são expressão da ampla implantação das forças militares dos Estados Unidos na região.

Desde o final de 1950, a potência norte-americana impulsionou a ocupação militar no Oriente Médio como parte de seu expansionismo bélico do pós-Segunda Guerra. Conta com 19 bases altamente tecnificadas e 40 mil soldados. Quebrou a resistência do nacionalismo árabe que se potenciou também na década de 1950, com a vitória do Egito na guerra do Canal de Suez. A Inglaterra e França cederam lugar aos Estados Unidos que protagonizavam a Guerra Fria e disputavam influência no Oriente Médio com a ex-URSS. As inúmeras guerras posteriores à de Suez foram marcadas pela intervenção norte-americana, cujos resultados favoreceram, em última instância, à ofensiva militarista à América do Norte no Oriente Médio.

Desde 1948, Israel passou a ser um dos fatores mais importantes nos conflitos e guerras na região e se consolidou como um enclave dos Estados Unidos servindo aos seus objetivos imperialistas. O nacionalismo árabe, que chegou a almejar a unidade dos Estados, atingiu seu esplendor com o panarabismo na década de 1960. Perdeu consistência nas décadas seguintes, dissolveu-se e os Estados Unidos se impuseram.

Esse percurso esteve profundamente marcado pelas guerras de 1948, 1956, 1967, 1973, 1980, 1982, 1990, 2003 e 2006. A intervenção genocida de Israel na Faixa de Gaza, os ataques ao Líbano, à Síria, ao Iêmen e ao Irã foram calculados de acordo com os objetivos dos Estados Unidos nas condições de potenciação da guerra comercial desencadeada por Trump e voltada principalmente contra a China. De forma que os bombardeios contra o Irã para destruir seu complexo nuclear e suas bases de mísseis balísticos são parte da ampla conflagração impulsionada pela intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza.

A posição do Irã de avisar os Estados Unidos que faria um ataque à base aérea de Al-Udeit, no Catar, de forma que não fosse um ato de guerra, era o que Trump esperava para decidir pela suspensão dos bombardeios e pela busca de um “acordo” sobre a questão nuclear. Ficaram as dúvidas, se as destruições das centrais nucleares de Fordow, Isfahan e Natanz chegaram ao ponto pretendido.

Trump conseguiu unir as potências sob a alegação de que se tratava de eliminar o maior dos perigos no Oriente Médio, que seria um Irã detentor da bomba atômica. Mesmo a maior parte dos opositores às suas medidas de guerra comercial generalizada e ao objetivo de anexar a Faixa de Gaza acabou por apoiar os ataques com os B-2.

As críticas legalistas de que Trump estaria violando leis internacionais já não têm a menor importância. Desde o desconhecimento pelos Estados Unidos da resolução do Conselho de Segurança da ONU, para que se obtivessem provas seguras de que o Iraque detinha armas de destruição massiva, esse órgão criado pelas potências, sob a máscara da cooperação e pacificação entre os povos, se desmoralizou definitivamente. O Iraque foi arrasado e o seu regime nacionalista varrido. Os Estados Unidos usaram o Iraque na sangrenta guerra contra o Irã, que durou de 1980 a 1988, para depois destruí-lo. Por meio de guerras e fortalecimento de bases militares no Oriente Médio, os Estados Unidos impuseram as relações econômicas e pulverizaram o nacionalismo árabe. Estabeleceram uma hegemonia a ser defendida a todo o custo.

A resistência do Irã, desde a Revolução Islâmica de 1979, em manter sua independência perante os Estados Unidos e demais potências, sustentou o nacionalismo. Os Estados Árabes se submeteram um após outro aos ditames norte-americanos e abandonaram o povo palestino à sua própria sorte. De fato, passaram a colaborar com o esmagamento da Faixa de Gaza e invasão colonial da Cisjordânia. O nacionalismo iraniano, ao contrário, se apoiou na resistência que se despontou e se organizou no Líbano e na Síria, embora fossem adversários no campo islâmico, no qual se separam xiitas e sunitas.

No transcurso dos acontecimentos da intervenção do Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza, se evidenciou que se tratava de uma guerra contra o Irã, a única força disposta a sustentar a resistência dos palestinos e da fração libanesa nacionalista. Mas, sua capacidade já se encontrava debilitada com a decomposição do regime herdeiro do partido nacionalista e panarabista, Baath - que almejou criar uma República Árabe Unida (RAU) - mantido pela família al-Assad. A derrocada final do governo

al-Assad, a quebra do Hezbollah e o fortalecimento do governo pró-imperialista libanês permitiram a vitória do cerco sionista ao Hamas.

Esse conjunto de acontecimentos criou as condições para os Estados Unidos se colocarem como a força capaz de romper a resistência iraniana. A Rússia se recolheu com a queda do regime sírio. Está concentrada na guerra com a Ucrânia. Assiste à União Europeia e ao Reino Unido se rearmarem e fortalecerem a OTAN. A China não pôde ir adiante em sua meta de penetração no Oriente Médio, aproximando a Arábia Saudita com o Irã. Tem diante de si o recrudescimento das forças econômicas em descenso e a necessidade de tomar parte da escalada militar encabeçada pelas potências imperialistas. Por enquanto, os Estados Unidos estão com as mãos livres para realizar um ataque brutal à soberania do Irã e para continuar a ditar o rumo das relações conflituosas no Oriente Médio.

No entanto, o imperialismo norte-americano não tem como estabilizar a região, que permanecerá conflagrada pela guerra de Israel contra a resistência palestina. A tendência é de aumentar o descontentamento e a revolta das massas árabes. Os Estados Unidos e aliados europeus não têm nada a oferecer a não ser aumentar o saque e impor duras condições comerciais.

A guerra que se originou na Faixa de Gaza e chegou ao Irã é parte da crise mundial do capitalismo, que vem se desenvolvendo desde a década de 1970. Seria bom para os Estados Unidos, se Trump pudesse concentrar a batalha contra a ascensão da China.

Mas, o caminho da confrontação continua passando pela guerra na Ucrânia, portanto, na Europa, e a guerra na Faixa de Gaza-Irã, no Oriente Médio. As forças produtivas ultrapotentes, mas encarceradas pelas fronteiras nacionais, levam aos choques comerciais e tecnológicos, e às disputas pelas fontes de matérias-primas entre as potências, envolvendo de conjunto as nações semicoloniais.

Esteve bem claro que a China e a Rússia nada puderam fazer contra a destruição do sistema nuclear do Irã, apesar de condená-la no Conselho de Segurança da ONU. Resguardam posição diante dos perigos de estender as guerras ainda circunscritas regionalmente para o âmbito mundial. O problema está em que as tendências bélicas estão em uma escalada sem precedentes após a Segunda Guerra. A tarefa de combater as guerras de dominação e de interromper o avanço do militarismo imperialista depende da classe operária e da maioria oprimida tomá-la em suas mãos.

É o momento de cavar trincheiras operárias e populares, que começam com as manifestações e com as respostas opostas às ações do imperialismo.

A resistência do Irã, desde a Revolução Islâmica de 1979, em manter sua independência perante os Estados Unidos e demais potências, sustentou o nacionalismo. Os Estados Árabes se submeteram um após outro aos ditames norte-americanos e abandonaram o povo palestino à sua própria sorte.



O Irã tem de ser defendido incondicionalmente. Somente o seu povo pode decidir sobre o destino de seu programa nuclear e de seu regime político. Inclusive obter a bomba atômica, se assim decidir. A resposta do Irã foi importante e mostrou a vulnerabilidade do sistema de defesa do inimigo. Essa resposta gerou um grande entusiasmo nos povos árabes que se mobilizaram, e que se refletiu em todo o mundo. A ameaça de terror de Trump chegou até o presidente da República do Irã e até o povo de Teerã. A resposta operária e popular se baseia na realidade objetiva que evidencia o lugar do imperialismo na crise do Oriente Médio como força externa opressora. Força que tem militarizado a região com suas dezenas de bases militares e que apetrecharam o Estado sionista de Israel com os armamentos mais letais, inclusive com a bomba atômica.

O imperialismo e seu braço armado sionista serão

limitados e derrotados em um processo revolucionário que se desponta, ainda que tenuemente e em ritmo vagaroso. Emerge do longo processo de revoltas e guerras o programa estratégico do proletariado mundial, que é o programa da revolução social e como sua expressão particular os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Evidentemente, as gigantescas dificuldades em unir a maioria oprimida em torno ao programa do proletariado se encontram na crise de direção. Todas as forças políticas que se reivindicam do fim do capitalismo e da edificação do socialismo têm de se colocar urgentemente no sentido de um movimento pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

- **Viva a resistência anti-imperialista das nações oprimidas!**
- **Pôr em pé a frente única anti-imperialista!**

23 de junho de 2015

90 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia (POR)

A crise de direção e a contribuição dos 90 anos de luta do POR boliviano

Os noventa anos do POR se realiza nas condições de acelerada decomposição do capitalismo, de desabamento da ordem mundial do pós-Segunda Guerra, de prolongamento da guerra na Ucrânia, de genocídio do povo palestino, de ofensiva do imperialismo no Oriente Médio, de retomada do choque armado entre a Índia e o Paquistão, de avanço dos conflitos na África, de rupturas políticas na América Latina, de crescimento dos antagonismo nacionais na Ásia e do impulso mundial à escalada militar. A guerra comercial decretada por Trump, a intensificação dos confrontos econômicos dos Estados Unidos com a China e o rearmamento da União Europeia-Reino Unido refletem e potencializam os antagonismo entre os Estados nacionais.

Os explorados nunca pararam de reagir à decomposição do capitalismo e às suas bárbaras consequências sociais: ao desemprego, subemprego, às demissões em massa, salários miseráveis, precarização da saúde, educação e moradia. Nunca deixaram de se manifestar instintivamente contra a pobreza, miséria e a fome. No entanto, a classe operária tem sido barrada pelas direções reformistas, colaboracionistas, governistas e burocráticas em exercer sua capacidade coletiva de luta por um programa próprio. O que evidencia cruamente o significado histórico da crise de direção.

A urgência em construir os partidos marxistas-leninistas-trotskistas, fortalecer a vanguarda com consciência de classe e reconstruir o Partido Mundial da Revolução socialista emerge nesse marco de violentos choques entre Estados nacionais e entre as classes. Emerge o programa da revolução social e com ele, a crise de direção.

As experiências e as conquistas do POR da Bolívia, seção do CERQUI, em seus 90 anos de luta pela revolução proletária, por sua vez, se erguem como

condição para impulsionar o trabalho internacionalista e engrandecer a luta pela construção do partido-programa. O POR boliviano se agiganta, entre as inúmeras correntes centristas, revisionistas do trotskismo, responsáveis pela desintegração da IV Internacional e obstáculos à sua reconstrução, como um instrumento imprescindível de continuidade da aplicação do programa dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional e do Congresso de fundação da IV Internacional. Esse lugar se deve aos 90 anos de trabalho incessante regido pelo socialismo científico, pelo programa e pela organização leninista do partido.

O POR boliviano foi fundado em junho de 1935 como a seção boliviana da Oposição de Esquerda Internacional organizada por Trotsky. José Aguirre Gainsborg, fundador do POR, estava ligado aos esforços do Secretariado Latino-Americano da Terceira Internacional para estabelecer um partido comunista na Bolívia. É decorrência dessas relações que Aguirre, após seu exílio da Bolívia, que resultou da agitação derrotista contra a guerra do Chaco, sob o pseudônimo de Fernández, atuou no Comitê Central do Partido Comunista Chileno ligado à fração da Oposição de Esquerda Internacional.

O grande acerto do fundador do POR foi compreender que na Bolívia, apesar de ser um país de baixo desenvolvimento capitalista, era necessário criar um partido bolchevique-leninista. Ou seja, com uma estrutura celular capaz de organizar o proletariado. Esse, embora minoritário, devido ao lugar que ocupa na produção como classe não proprietária, é a classe revolucionária por excelência. Está posta historicamente na condição de dirigir a nação oprimida no sentido da revolução e da construção do socialismo.

O acerto desta visão do fundador do POR foi verificado na experiência, a partir da aprovação da pro-

gramática Tese de Pulacayo. O que permitiu a um pequeno núcleo de novos militantes poristas conseguirem se vincular com o instinto comunista e dar-lhe forma política. Não foi uma “afortunada casualidade”, embora a princípio os militantes não estivessem totalmente conscientes disso. Foi, de fato, o encontro entre o acúmulo de experiência na luta sindical da classe – em um momento particular em que a tensão e radicalização da base emerge do instinto comunista – com a presença do grupo de ativistas organizados, que já possuíam a experiência e o conhecimento minimamente necessários para compreender as peculiaridades do temperamento proletário, que possibilitou expressar o método marxista.

A fusão do instinto comunista do proletariado com a teoria marxista-leninista-trotskista, esboçada numa aproximação programática da realidade, tem de cristalizar-se como consciência de classe, consciência de que o proletariado pode aspirar a tomada do poder para libertar a si mesmo e à nação oprimida. Posteriormente, se desenvolveu como uma teoria da revolução boliviana, como conhecimento das leis internas da transformação do país e da sociedade em geral, e foi sintetizado como o programa do partido, a encarnação da consciência de classe. E, daí para frente, foi influenciando as outras classes oprimidas de modo a conquistá-las para a causa da revolução proletária.

O grito de Pulacayo comoveu o país e o movimento revolucionário internacional. Foram liberadas as forças sociais que remodelariam a classe, o país e os próprios protagonistas do acontecimento. Em algum momento, Guillermo Lora disse que, como “aprendizes de feiticeiros”, eles haviam desencadeado forças das quais não estavam totalmente conscientes.

A partir de então, o partido, assentado nas camadas de vanguarda da classe operária, se desenvolveu numa luta permanente com as camadas atrasadas expressas por outras correntes políticas. Experiência que será estendida a outras classes onde as camadas radicais são conquistadas para o programa da revolução proletária. A pressão do atraso político através da qual a ideologia da classe dominante atua tende a distorcer o programa e a organização do partido, ainda mais quando se trata da ação política do partido operário em outras classes que não são proletárias. A chave está no fato de que, através do método marxista, da aplicação das aquisições programáticas e da experiência militante, o partido pode desenvolver as respostas que os problemas da nação oprimida exigem do ponto de vista dos interesses históricos do proletariado. Nunca separar a tática da estratégia, a resposta conjuntural da perspectiva histórica da revolução proletária, nunca perder de vista o fato de que a missão do partido é organizar a classe para se consolidar como a direção da nação oprimida e conduzi-la em direção à revolução social. Essa tarefa se realiza no partido a partir da célula de militantes, regendo-se pelo fundamento organizativo do centralismo democrático.

Em seu desenvolvimento, foi negativo o isolamento do POR do movimento internacional de organização da Quarta Internacional, como o Partido

Mundial da Revolução Socialista. A direção da internacional não conseguiu entender, com precisão, o que vinha acontecendo na Bolívia e o papel do POR nesse processo. Pelo contrário, a intervenção na Bolívia dos representantes da Internacional foi negativa em vários momentos. Não contribuiu para a assimilação crítica da experiência boliviana, que poderia servir para fortalecer a Quarta Internacional.

A explicação para esse desvio deve ser encontrada no fato de que, na maioria dos casos, os partidos que se reivindicavam da Quarta Internacional não eram e continuam não sendo verdadeiros partidos-programa. Não aprenderam, não se forjaram na tarefa de dar forma política ao instinto comunista do proletariado. O que exigem penetrar em seu interior. Muitos desses partidos têm militantes operários e até dirigem grandes sindicatos proletários. Mas, não são expressão da consciência de classe. Geralmente terminam no oportunismo, quando não na corrupção. São assimilados pela burocracia sindical. Precisamente, por isso, não entendem que o partido é a expressão política consciente do instinto comunista da classe. Não aprendeu a dar forma política e organizativa à rebelião instintivamente comunista da classe e à rebelião anticapitalista das massas na luta cotidiana das bases por melhores condições de vida e de trabalho.

A ausência de uma verdadeira direção da Internacional, capaz de criticar e contribuir para a assimilação da experiência dos militantes bolivianos, determinou que muitos erros demorassem a ser superados ou se repetissem devido ao desconhecimento da experiência internacional. Pelo contrário, os emissários que vieram ao país careciam da experiência e do conhecimento das particularidades nacionais e do método marxista suficiente para dar sentido às suas críticas. Cometeram, assim, grosseiras falsificações da história, da prática e da concepção programática e organizativa dos poristas bolivianos. Tudo isso desenvolveu uma profunda desconfiança nos militantes do POR diante de todos aqueles que vinham do exterior reivindicando o trotskismo e a IV Internacional. Essa atitude política resultou no isolamento internacional do partido. A ausência em escala internacional de um Partido Mundial, baseado no funcionamento bolchevique celular, na aplicação do centralismo democrático em escala internacional, fez com que as relações internacionais do partido acabassem concentradas apenas nas mãos do secretário-geral, Guillermo Lora. À exceção de uma parcela dos militantes, o POR boliviano não era, e ainda não é, plenamente consciente da transcendência internacional de sua experiência como partido-programa, que pôde transformar a classe e que marcou a fogo a história do País, inclusive a sua cultura.

O desenvolvimento programático, como se constata na história do partido, foi o resultado da intervenção dos militantes no seio da classe operária e das massas oprimidas, buscando fortalecer a vanguarda organizada do proletariado como a direção da classe em geral e da nação oprimida.

Os marcos mais destacados foram a caracteriza-



ção da Bolívia como um país capitalista atrasado, de economia combinada, integrada à economia mundial. O que significa compreender, nos fatos, que a maturidade das condições objetivas para a revolução proletária é determinada desde fora das fronteiras nacionais. É nessa medida que as forças produtivas são estranguladas e se chocam com a grande propriedade privada capitalista (multinacionais, burguesia nativa) e com as formas de propriedade pré-capitalistas dos meios de produção sobreviventes, cuja expressão mais importante é a propriedade de pequenas parcelas, fonte da miséria camponesa-indígena.

Dentre as experiências, destaca-se, em geral, a superação crítica do nacionalismo burguês (MNR), que se iniciou como raivosamente anti-ianque, como expressão do estatismo burguês mais radical da época, comportamento forçado pela presença das massas nas ruas que tomavam os meios de produção. O MNR concluiu de joelhos, como um instrumento preferido do imperialismo para a aplicação da política neoliberal entreguista e vende-pátria, que desmantelou as empresas estatais em benefício da burguesia nativa e do capital financeiro imperialista. A experiência do governo do MAS, uma variante do nacionalismo burguês escondida atrás das roupas indigenistas e da esquerda reformista, foi a reedição em miniatura do ciclo nacionalista burguês. Mais uma vez, confirmou-se a tese programática de que não é possível esperar, na época imperialista do capitalismo em decomposição e no quadro da preservação das relações capitalistas de produção, um desenvolvimento integral das forças produtivas, que permita superar o atraso e a fome e estabelecer um amplo regime democrático em benefício da maioria.

O desenvolvimento da crítica marxista do aventureirismo foquista - que teve como pivô as ações do Che Guevara na cordilheira de Santa Cruz de Ñancahuasu e que conseguiu desorientar uma grande parte da vanguarda revolucionária das massas e em particular o setor estudantil - fortaleceu a linha programática do partido. Afirmou-se que o POR apoiava a luta armada. Mas, para os marxistas, esta deve estar subordinada à mobilização e ações das massas proletárias e dos trabalhadores do campo e da cidade. O que é oposto ao foquismo - uma expressão de subjetivismo, voluntarismo e messianismo pequeno-burguês, que pretende que o foco armado amadureça as condições objetivas e subjetivas à mercê da vontade.

A experiência da assembleia popular e a subsequente organização da FRA permitiram confirmar a justeza da tática leninista da frente anti-imperialista, que significa a unidade da nação oprimida sob o programa revolucionário e a direção política do proletariado. Pressionadas pela radicalização do ascenso revolucionário das massas, as tendências reformistas e até mesmo algumas tendências burguesas são forçadas a aceitar a direção do programa proletário. Não é que se transformaram de reacionárias em revolucionárias, mas, por oportunismo, abaixam a cabeça esperando a melhor oportunidade para retomar suas posições contrarrevolucionárias tradicionais e dar um

golpe destrutivo na unidade revolucionária anti-imperialista dirigida pelo proletariado. Essa experiência foi realizada e assimilada programaticamente pelo POR, principalmente com a Assembleia Popular.

O desenvolvimento programático do partido, seu enraizamento nas massas operárias e exploradas do campo e da cidade, foi projetado para outras classes sociais. As camadas de vanguarda são conquistadas para a estratégia revolucionária. O POR, sistematicamente, trabalhou e trabalha para tornar realidade a aliança dos operários, camponeses e classes médias empobrecidas. Encarna a tática que permite os explorados avançarem em direção à revolução proletária e ao estabelecimento do governo operário-camponês (ditadura do proletariado). A revolução social na Bolívia impulsionará a luta pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Essa linha estratégica pela qual o partido se guia não se baseia na repetição de generalidades programáticas. O POR, em sua construção e experiências de décadas na luta de classes se viu na necessidade de conhecer as particularidades de cada setor e desenvolver uma resposta programática do ponto de vista dos interesses históricos do proletariado.

A aplicação do método marxista ao conhecimento das particularidades nacionais permitiu desenvolver a política militar do proletariado. O partido se viu diante do imperativo de enfrentar a solução do problema do armamento das massas. Guiou-se não apenas através da organização de piquetes armados de autodefesa, que eram as milícias armadas que surgiram em 1952 e ressurgiram em cada conflito social, particularmente na mineração, mas também através da demonstração de que é possível desenvolver uma tendência revolucionária dentro das Forças Armadas, apoiando-se na parte mais saudável, honesta e comprometida com a nação dos jovens oficiais, suboficiais e tropas.

Na medida em que a crise de direção se acentua como consequência do fracasso do centrismo oportunista, convertido em partidos eleitorais, democratizantes e reformistas, que abusivamente ainda se reivindicam da IV Internacional, na medida em que os aventureiros que acreditam que a reorganização do partido mundial será o resultado de barulhentos e pomposos congressos internacionais, à margem das determinações e delimitações programáticas claras, na medida em que tudo isso está mostrando sua inutilidade para a superação da crise da direção proletária, a assimilação crítica da experiência do POR boliviano adquire maior importância para assumir a tarefa de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. Adquire maior importância quando os militantes das seções nacionais nascentes avançam a penetração político-organizativa no proletariado e nas massas dos seus países.

O futuro da humanidade depende da solução do problema da direção revolucionária do proletariado, da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional. Neste caminho, o CERQUI deu passos importantes. Em particular, aprendemos a aplicar o centralismo democrático em

escala internacional, a lidar com as divergências para que não se transformem em divisões aventureiras, trabalhando para superar as tendências federativas. Aprendemos que a direção internacional se constitui na medida em que responde aos diferentes problemas da luta de classes em escala internacional e nessa medida constrói a unidade de ação que deriva de uma adequada discussão interna. Estamos redescobrimo o que significa ser um único Partido com uma disciplina internacional, baseado no centralismo democrático e na estrutura bolchevique celular. Mas, ainda estamos começando, porém, com a certeza de

que estamos no caminho certo, que é o de constituir partidos-programa, firmemente enraizados no proletariado de cada país.

- **Lutemos pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!**
- **Fortalecer o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional!**
- **Pôr em pé os partidos marxistas-leninistas-trotskistas em todo o mundo!**
- **Viva os 90 anos do Partido Operário Revolucionário da Bolívia!**

Ato dos 90 anos do POR da Bolívia

No dia 1 de junho, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) realizou em São Paulo, sob a organização da seção brasileira, o ato dos 90 anos do Partido Operário Revolucionário (POR) da Bolívia. Houve uma preparação rigorosa tanto na direção do CERQUI quanto no Comitê Central do POR brasileiro.

Iniciou-se com uma consideração geral feita pelo Secretário-Geral do POR e membro da direção do CERQUI, explicando o significado da longa existência do POR para a revolução proletária na Bolívia, seus reflexos na América Latina e sua importância para a reconstrução da IV Internacional. Em seguida, os camaradas Ulisses e Ramon, respectivamente dirigentes da seção boliviana e argentina, fizeram suas exposições.

Abriu-se aos pronunciamentos sobre aspectos particulares dos 90 anos de existência do POR: 1) a origem do POR nos marcos da constituição de partidos vinculados à IV Internacional na América Latina; 2) principais etapas da construção do POR; 3) a experiência parlamentar do Bloco Mineiro; 4) o vínculo histórico entre a Revolução de 1952 e a



constituição da Assembleia Popular de 1971; 5) crítica programática à experiência foquista na Bolívia e América Latina; 6) o lugar do POR na IV Internacional. Concluída as exposições, abriu-se para as intervenções do plenário.

No encerramento do ato, foi lido o Manifesto dos 90 anos, cantado o Hino da Internacional e feita a última saudação de Viva os 90 anos do POR da Bolívia. Pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Reproduzimos os pronunciamentos proferidos durante o ato..

Abertura do ato por Atilio de Castro, seção brasileira

Nos alegra o esforço realizado pelos camaradas para realizar este ato

Companheiros e companheiras que estão vindo pela primeira vez numa atividade do POR, nos dá uma alegria imensa. Isso porque é um sintoma de construção do partido. O partido é uma obra histórica, não se resolve imediatamente. O partido passa por muitas fases de construção, se constrói na luta de classes, se constrói nos conflitos políticos entre as correntes, enfrenta muitos obstáculos.

Temos o exemplo do POR da Bolívia, que é um partido que tem uma longa existência. Essa longa existência serve de referência para a nossa própria construção. É bem provável que vamos demorar um bocado para desenvolver o partido nacionalmente. Provavelmente. Mas também sabemos, pela própria história do POR boliviano, que há momentos da luta de classe que o proletariado ergue o partido, ergue a militância. E há momentos em que essas lutas separam o joio do trigo. Separa os revolucionários dos reformistas, que durante um período ainda estão en-

treçados E muitos agrupamentos reformistas, mesmo os que vêm do estalinismo, que vêm do tronco do estalinismo, há muitos militantes jovens que não passaram pelas lutas travadas ainda no começo do século XX. E são lutas que continuam nos motivando a entender esses caminhos e descaminhos da história.

O POR nasceu num processo de lutas da Quarta Internacional para se construir e se tornar uma direção internacional com um programa claro, um programa perfeitamente ajustado a um momento histórico, que é o Programa de Transição da Quarta Internacional, que foi aprovado em 1938.

Estamos bastante distantes dessa data. Mas as suas ideias, os seus princípios, os seus fundamentos são completamente atuais. Antes do programa de transição, tivemos a constituição da Terceira Internacional, que construiu um programa internacional avançado, que estão reunidos nos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunistas, sob a direção Lênin e Trotsky. Esses documentos expressaram a primeira vitória e a conservação do poder do proletariado que



foi a Revolução Russa.

Agora, vejam, a Revolução Russa não foi a primeira, a primeira revolução foi a Comuna de Paris, em 1871. A primeira luta proletária em que a classe operária chegou a poder. Mas a classe operária não estava amadurecida para estabelecer o seu poder e realizar a expropriação da burguesia e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Não estava preparada. Mas vejam que nesse momento o proletariado já tinha a sua ciência, já tinha elaborado sua ciência que era o socialismo científico de Marx e Engels. Notem que o socialismo científico já estava posto no momento em que a classe operária estava fazendo sua primeira experiência de luta pelo poder, portanto, ainda estava imatura. Mas a sua ciência estava amadurecida. Parece, então, haver uma contradição? Não? É preciso entender que havia uma ideia chave que aparece no Manifesto do Partido Comunista, que é o Partido, que é o Programa. Há que construir um partido com um programa claro, absolutamente claro. O programa é a expressão histórica, em qualquer país, do socialismo científico, fundado por Marx e Engels.

Notem que, quando falamos dos 90 anos do POR boliviano, nós estamos falando de um partido que deu continuidade a esse curso, a essa linha histórica. Como os camaradas sabem, existem muitas variantes de políticas que se dizem marxistas, ou que se dizem adeptas às ideias do Marx. Existem várias correntes que se dizem adeptas do trotskismo, da luta de Trotsky pela revolução e em seguida contra a sua burocratização estalinista. Também existiram, na época do Lênin, variantes do revisionismo antimarxista. Kautsky, por exemplo, era um cérebro ligado à Segunda Internacional, um de seus principais fundadores, reconhecidamente próximo a Engels. No entanto, criou uma variante do revisionismo muito grave. Revisionismo levou a uma traição da classe operária na Alemanha e no mundo, sob a política da socialdemocracia alemã profundamente vinculada à democracia e ao Estado burgueses.

É importante que ouçamos e discutamos o 90 anos do POR nesse quadro histórico de construção do partido revolucionário. Pode haver revisão destruindo o partido, pode a burguesia esmagar pela força de sua ditadura o partido, mas jamais se eliminará a iniciativa histórica do proletariado de constituir o seu partido. Jamais! Porque o capitalismo é a última sociedade de classe. O proletariado é a força social que irá soterrá-la e erguer a sociedade socialista. O capitalismo ter de se transformar em comunismo. Fatalmente.

Já existiram muitas disputas, se essa era uma visão mecânica, ou questionamentos sobre a “fatalidade” do fim do capitalismo. Os acadêmicos se apegam a essa discussão para negar o marxismo. Quando nós falamos fatalmente, estamos falando do ponto de vista histórico, de qual o destino do capitalismo. O capitalismo hoje está vivendo uma retomada da barbárie em patamares mais elevados, que foram expressas na primeira década do século passado, e chegaram a uma monumental expressão na Segunda Guerra Mundial. E depois da Segunda Guerra Mundial, com

a vitória do imperialismo, a vitória dos Estados Unidos, a hegemonia norte-americana, nesse processo, parecia que o capitalismo ia entrar numa fase pacífica. E havia uma ideia, da burguesia, que essa fase pacífica só dependia de uma realização: destruir a União Soviética. Derrotar as conquistas do proletariado, depois teria a paz. Aí as relações entre os Estados voltariam a se ajustar.

A Tese da Guerra Fria é exatamente essa. A culpa de ainda existir conflito no mundo é da União Soviética. Pois bem, camaradas, a União Soviética se dissolveu em 1991. A China entrou num processo voraz de restauração capitalista. E onde está a promessa de paz do imperialismo? Não é possível. Estamos hoje com duas guerras. Uma na Ucrânia a mais de três anos; outra na Palestina, onde o Estado sionista, apoiado nos Estados Unidos, leva a cabo um massacre a céu aberto da população palestina indefesa, totalmente carente de armas para combater a capacidade da burguesia israelense e do imperialismo. São sintomas da desintegração do capitalismo e avanço da barbárie. Vejam a dificuldade do imperialismo de estabelecer um plano de paz para a Ucrânia, que não seja um marco onde os interesses da burguesia sejam a supremacia de uma classe poderosa. Há muito não ouvíamos a palavra Terceira Guerra Mundial. Agora se tornou uma palavra de que quem fala em um perigo da palpável. São os intérpretes da burguesia ou mesmo da oligarquia russa que dizem: olha, o que vocês querem aí, rearmando a Europa? É uma terceira guerra mundial. Vocês vão rearmar a Europa? Não é por causa da expansão da Rússia. Vocês vão rearmar a Europa porque vocês estão procurando uma terceira guerra mundial.

Veja como houve um período em que se falava em desarmamento, que se falava em acordos de eliminação dos arsenais atômicos. Os acordos que se fizeram no passado, todos desapareceram. O que temos hoje é uma corrida armamentista que nos traz a sombra da Segunda Guerra Mundial. Como sempre, primeiro vêm os sintomas. Antes de uma grande conflagração, se têm os sintomas. Assim como a doença que toma o corpo, primeiro aparecem os sintomas. Certo? Sintomas. É nesse marco de decomposição da ordem mundial que se coloca a questão da construção do partido. Tornou-se tornou uma questão de vida ou morte organizar a classe operária e os demais trabalhadores sob a direção da vanguarda revolucionária. Sem o partido do proletariado, sem a classe operária tomar em suas mãos a luta contra o capitalismo, as tendências bárbaras de desintegração do capitalismo, o aumento da pobreza, da miséria, da opressão nacional, do choque entre países, inclusive entre nações pobres na África, com suas guerras civis, a exemplo do Sudão que se dilacera, a barbárie ganhará mais e mais terreno. Nesse processo, está o imperialismo, os interesses do grande capital, das multinacionais.

Então veja que o POR é um exemplo de construção do partido nas condições difíceis. Quando começou a ser construído, em 1935, a oposição de esquerda russa, dirigida por Trotsky estava travando uma batalha infernal contra o revisionismo estalinista e a

fermentação do terrível restauracionista. Trotsky foi expulso em 1929. Em 1933, ocorre a ascensão do Hitler. É quando se decide construir a Quarta Internacional. Vejam que o POR nasceu em 1935, aqui vai ser narrada a sua história de 90 anos. Na história, 90 anos não é nada. Se se tomar, evidentemente, em escala da história. Essa uma escala distinta da biológica. Mas na escala histórica, um partido que se preserva por 90 anos tem de ter uma explicação histórica. Por que é um partido que nunca roubou. Nunca ocupou cargo do Estado. Nunca, os seus militantes, ganharam para militar. Não tem rendado. Nunca houve um rendado no POR. Os outros partidos se legalizam e obtêm recursos do Estado. Temos nosso exemplo no Brasil. PCdoB, PSOL PCO e UP receberam 3 milhões cada um. Então, podem criar as camarilhas profissionalizadas. O POR não tem profissional pago. Mas o POR tem um profissional que é de outra natureza. A natureza do profissional que se move única e exclusivamente por convicção histórica sobre a necessidade da revolução proletária.

A construção e desenvolvimento do partido revolucionário no interior da classe operária implica formar quadros militantes, firmes, que enfrentem golpes militares, como o POR enfrentou, assassinatos de militantes, e que se mantém em pé. O POR é esse exemplo que nos inspira, que foi e é decisivo para a construção do nosso partido. Devemos enormemente ao Guillermo Lora, que esteve duas vezes no Brasil. Esteve no nosso nascimento. Devemos muito às obras completas do Guillermo Lora. Reflitam sobre o significado para o marxismo e o proletariado a obra de 70 volumes,

produzidos em um país pobre, miserável, de cultura ainda arcaica, indígena. Se se tem uma obra extraordinária construída no berço de um país atrasado, quando aqui nós temos mais medíocres que se pousam de intelectuais do marxismo. Se espremermos a esquerda brasileira, veremos o quanto de impostores se dedicam a combater o POR da Bolívia.

Hoje nós estamos fazendo esses 90 anos. Aqui estão o camarada Ulisses do POR da Bolívia e o camarada Ramón da Argentina. Ambos são dirigente do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) E eles terão meia hora cada um para fazer as suas colocações sobre os 90 anos.

Vamos também realizar um Ato dos 90 anos na Argentina e na Bolívia.

Esse Ato é uma iniciativa da direção do Comitê de Enlace, que reconhece as condições de profunda crise de direção. De forma que somos obrigados a aproveitar todas as situações, como a dos 90 anos do POR, para estudar o marxismo e assimilar as experiências da luta de classes. O que estamos fazendo no Ato dos 90 anos não é jogar confete no POR. Não é soltar rojão e falar, nós somos os marxistas, nós vivemos 90 anos. Não é para isso. Mas é para aproveitar a experiência de um partido que manteve a luta sem cair. E, sobretudo, manteve a luta enfrentando os traidores da revolução.

Passo a palavra aos companheiros.

Viva os 90 anos do POR da Bolívia!

Viva!

Palmas.

Pronunciamento de Ulisses, seção boliviana

Estou aqui aprendendo com vocês.

Estamos envolvidos em uma mesma tarefa, a de colocar em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. Um problema que nem vocês nem nós sabemos como resolver — estamos caminhando, estamos tentando colocar esse partido em pé porque, obviamente, entendemos que o principal problema que atravessam nossos países, a América Latina e o mundo, é a evidente crise de direção, que se manifesta na luta dos povos contra a opressão. A tragédia de Gaza, as rebeliões na África, as lutas na Argentina, na Bolívia e em todas as partes evidenciam esse problema. À medida que o capitalismo se desintegra, essa questão se torna cada vez mais vital para se enfrentar e resolver. E estamos aqui, tentando resolver.

E, claro, o que eu vejo?

Vejo, no caso do POR do Brasil, um partido que está afinando suas ferramentas programáticas para penetrar nas massas exploradas do País, para penetrar no proletariado, no setor social mais importante da América Latina, que deve ser dirigido pelo POR brasileiro.

Mas estamos todos envolvidos nessa tarefa.

E, claro, digo: nesse caminho, o que podemos aprender? O que eu estou aprendendo?

Vou me dando conta da importância do que foi feito na Bolívia. Eu não vivi a época de 1946, quando

Guillermo Lora e os militantes do POR daquela época conseguiram a façanha de fundir o partido com o proletariado mineiro. O POR, que existia como uma organização embrionária, pelas circunstâncias da atividade política, viu militantes de La Paz terem de se esconder nas minas — por esse caminho, entraram em contato com os mineiros. Vão conhecendo, vão entendendo como pensam, como creem, como protestam, como falam, como sentem. Essa aproximação vai ligar as ideias rudimentares do programa do partido, deixado por José Aguirre Gainsborg, ao proletariado.

O grande acerto de Aguirre Gainsborg, o fundador do POR, foi que, ao vincular-se à oposição de esquerda no Partido Comunista Chileno, vai enunciar que, no caso boliviano — apesar de a Bolívia ser um país tão pobre e atrasado —, correspondia organizar um partido bolchevique de estrutura celular, com a convicção de que, embora o proletariado boliviano não fosse maioria, sua condição de classe de não proprietária o tornava a classe revolucionária. Essa era a ideia Aguirre.

Em torno a essa compreensão Aguirre irá organizar a esquerda boliviana trotskista, e, junto com outros grupos, fundará o POR em 1935 na Argentina. Mas, dali a penetrar nas massas há uma grande distância. Aguirre morreu nesse empenho e não viu cristalizado esse prognóstico programático — que



será verificado pela realidade. Isso virá depois. Será necessário o acúmulo de experiência desse grupo de militantes, que os preparará para penetrar na classe. Vejo que isso que está acontecendo no Brasil.

Vocês estão se preparando para penetrar na classe e estão avançando nesse caminho. Mas, digo que não haverá as Teses de Pulacayo. Como será aqui? Quando poderemos dizer que o POR do Brasil penetrou na classe operária brasileira, e que é a expressão política do proletariado brasileiro? Quando poderemos dizer isso? E, claro, olhando nossa experiência, digo: esse momento começa quando aprendemos a dar forma política ao instinto comunista da classe. Estamos escutando, estamos percebendo como fala, como protesta, como se organiza. E, claro, o partido, usando o método marxista, tentar dar expressão política a esse sentimento. Isso é o que Guillermo Lora fez. Isso é o que está nas teses de Pulacayo.

É uma conjuntura particular, porque não é em qualquer momento que se pode realizar a fusão entre a rebelião instintiva e a ideia política marxista. Não é qualquer dado que gera esse encontro. No caso boliviano, nossa experiência mostra que é uma conjuntura particular. O governo de Villarroel havia caído. A oligarquia liquidou o presidente Villarroel, que aparecia aos olhos dos operários como o redentor do proletariado. Foi o governo que criou o Ministério do Trabalho, organizou a Federação dos Mineiros, realizou o primeiro congresso indígena — e aparecia aos olhos das massas como um governo redentor, que caminhava para emancipar os oprimidos do país. Essa era a ideia.

E veio o golpe contrarrevolucionário da oligarquia, em junho de 1946, e os mineiros perceberam uma ameaça: “Irão nos tirar tudo que conquistamos.” “Não podemos permitir.” Esse sentimento foi percebido pelo partido. O partido entendeu, sabia como se movia. E, por isso, as teses de Pulacayo puderam dar uma resposta: “Se não queremos ser destruídos, temos de tomar o poder. Podemos agora. Nós, operários, mantemos o País com nosso trabalho. Podemos tomar o poder.” E isso foi uma esperança.

Não é que os mineiros tivessem lido as teses de Pulacayo. Os trabalhadores comuns não leram as teses. Simplesmente sentiram que ali estava a resposta. Sentiram que essa era sua ideia. Que dizia: “Por aqui, vamos acabar com nossa desgraça.” E como o país estava tensionado, a mensagem se espalhou por todo o território.

Guillermo conta que, no dia seguinte à aprovação das teses no Congresso Mineiro de novembro de 1946, a empresa Patiño Mines, um dos oligarcas mais ricos da Bolívia, pagou para publicar na imprensa a denúncia dos planos comunistas na Bolívia, vindos desde as minas e impulsionados pelos trotskistas.

Tive a sorte, quando era militante — fazia pouco que tinha entrado no partido — de estar vendendo o jornal do partido na rua. Entramos em um ônibus com pessoas de diferentes setores e um velho camponês me chamou e disse: “Esse é o meu jornal, traz aqui.” E me mostrou a folha amarela guardada por

ele há anos, da publicação da tese de Pulacayo no jornal La Patria da Patiño Mines.

Guillermo disse certa vez: “Não tínhamos plena consciência do que havíamos feito.” “Havíamos desencadeado os impulsos da rebelião social — essas forças que vão transformar o mundo, que vão mudar o país.” E sim, isso aconteceu. Esse encontro, essa apropriação do proletariado das ideias revolucionárias, levadas pelos militantes do partido, vai transformar o proletariado. Vai encorajá-lo. Vai fazê-lo sentir-se com poder. Vai fazê-lo pensar que pode tomar o poder. E isso vai transformar o partido. O partido não poderá seguir sendo o mesmo. Terá de ajustar seu funcionamento. Terá de aprimorar sua ferramenta programática. Vai mudar o país.

Por que esse acontecimento, no qual o proletariado intervém na luta social do país como força politicamente consciente, vai influenciar as universidades, o magistério e até o exército? Por que vai transformar o país? Por quê? Porque estamos tocando no nervo da história. Porque foram desencadeadas as forças que movem a história, que transformam o mundo. Isso é a revolução. E ela está aqui. Não é para as calendas gregas. Não é que a revolução está logo ali na esquina, não. Engano! Ela está aqui e agora, concretamente, nisto que estamos fazendo, quando dizemos que estamos empenhados na tarefa de resolver o problema do Partido Mundial, é isso: a revolução aqui e agora, não na volta da esquina. Porque estamos impulsionando esse processo. Então, quando poderemos dizer que o POR do Brasil se entroncou com a classe operária? Não vai se repetir. Não pode se repetir o que se passou na Bolívia.

Eu penso, digo: vejam os camaradas do Chile. Eles ainda estão muito atrás. Estão em uma fase terrivelmente larvária. Vocês estão quilômetros à frente. E podemos ver esse espectro. Penso no Partido Bolchevique de Lenin. Como começou? Como um grupo de intelectuais, nos círculos de Emancipação do Trabalho, fora da classe. E em que momento o Partido Bolchevique penetrou na classe operária russa? Teve de conhecer a Rússia, buscando penetrar no proletariado. Nós também fomos obrigados a conhecer o país. Chegamos ao que chamamos “as leis da revolução boliviana”. O POR desenvolveu o programa da revolução na Bolívia.

E claro, há um momento — que não sei qual exatamente — em que o Partido Bolchevique de Lênin se converteu na expressão política consciente do impulso instintivamente comunista e revolucionário do proletariado russo. Na Bolívia, podemos afirmar que somos isso. Por quê? Porque — e eu não estava naquela época — aprendemos no partido que o mais importante da atividade militante, onde quer que se esteja (na universidade ou em outro lugar), é o de transformar a rebelião elementar das massas em política. Em criticar o que acontece à luz do programa. Discutir com as massas. Mostrar, por exemplo, que o caminho de seguir ao Movimento ao Socialismo (MAS) não leva à revolução.

Acreditar nas bobagens do indigenismo é o ca-

minho para perder a perspectiva revolucionária. E, assim, todos os meandros do processo político nos obrigam a desenvolver o programa, a compreender melhor como a revolução pode se constituir.

Acho que vocês sabem sobre esse caminho. E, seguramente, a penetração na classe operária vai se cristalizar, não só quando formalmente puderem falar a linguagem dos trabalhadores — o que já ocorre, porque a burocracia sindical sabe mimetizar — mas também quanto à capacidade de formular a política e de permanecer lá, discutindo com a classe. O partido será dirigente do proletariado se tiver conseguido consolidar sua presença organizada no seio da vanguarda da classe. Isso ocorreu em 1946. Guillermo e os militantes já tinham uma célula de militantes mineiros, inseriram-se na vanguarda da classe, que organizam, discutem com suas camadas atrasadas, condicionadas por outros partidos. Os nacionalistas do MNR, o estalinismo e as variantes atuais do centrismo revisionista não haviam se criado como tal, mas, as camadas atrasadas se expressavam através dessa linha. O fundamental é que o partido se desenvolverá no seio da classe, como expressão organizada da vanguarda da classe, em polêmica com as camadas atrasadas no seio da mesma classe. E essa polêmica não ficará restrita às minas, irá para as universidades, a todas as partes, marcando a fogo todo o processo histórico.

Então, quando o POR do Brasil poderá dizer que é expressão do proletariado brasileiro? Quando, tendo apreendido a dar forma política ao instinto comunista, terá se organizado no seio da vanguarda do proletariado brasileiro. Creio que aqui são os metalúrgicos, que são dos setores mais importantes. Não se pode pensar na revolução se não temos presença nos setores fundamentais do proletariado em cada país. Na Bolívia são os mineiros, em que pese o seu número reduzido, continuam sendo, pelas suas tradições e pelo lugar que ocupam na produção.

Pelo tamanho da economia do Brasil, no momento em que o POR do Brasil passar a dirigir a classe operária, a definir as reivindicações, será importante para indicar o rumo da revolução mundial. Digo isso baseado em nossa experiência. Na Bolívia, vamos apreendendo ao ver o que vocês fazem e que às vezes passamos por cima, não nos parecendo substanciais. Ou nos parecem importantes, mas não tão vitais como agora, no que diz respeito à tarefa de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, de assimilar a experiência que ninguém mais tem, a não ser o Comitê pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), é vital. Vemos as outras correntes, sem pretender ofender, se comportarem como atores teatrais do trotskismo. Correntes que se juntam, se separam e voltam a se juntar, fazendo todo tipo de cambalhotas e não chegam nem à esquina. Não podem expressar como o POR boliviano, que tem 90 anos de existência e nunca arriou suas bandeiras, uma rica experiência na luta de classes voltado à revolução social. E que, por isso, sempre foi expressão viva do processo político.

Todo este percurso é um processo polêmico, que

nos tem obrigado a afinar diversas questões relativas aos problemas do desenvolvimento, acerca da teoria do foquismo aventureiro, da resposta perante a debacle do nacionalismo burguês, da resposta a isto que representa a forma mimetizada do nacionalismo sob a roupagem indigenista do MAS etc.

Provavelmente, com semelhante capital político, organizativo e ideológico, ainda assim vão nos dizer: “vocês são poucos e estão à margem do proletariado”. E, efetivamente, como consequência do processo político geral latino-americano e boliviano, a derrota que sofreu o proletariado boliviano com a derrota da Assembleia Popular marcou a fogo tudo que veio depois. O que vai ocorrer? Do ascenso que vai de 1946, passando pela revolução de 1952, à Assembleia Popular de 1971, chegamos ao ponto em que os mineiros puseram em pé o primeiro soviete latino-americano. Indicaram nitidamente que seu objetivo era tomar o poder. Procuravam materializar o que se disse em Pulacayo. Mas, o Plano Condor, as ações da reação esmagam e derrotam a Assembleia Popular e o proletariado retrocedeu.

Creio que o Partido não tinha plena consciência da dimensão do retrocesso. Acreditávamos que era uma questão conjuntural. Eu ingressei no partido na época da queda de Banzer. Quando ingressei no POR, estava convencido do que disse, ou seja, de que o retrocesso era momentâneo. De que muito rapidamente o proletariado voltaria a altas posições anteriores. Mas, só depois pudemos avaliar a dimensão da derrota. Havia se produzido um retrocesso político. Esse proletariado que 1970 disse: tomamos o poder agora e nos preparamos para fazer isso já, chega a renunciar a essa ideia e dizer que o caminho para a tomada do poder é a democracia, burguesa, deixando-se conduzir pelos partidos reformistas eleitoreiros. E tudo isso vai preparar sua derrota e sua dispersão com a realocação dos mineiros e a aplicação da política neoliberal. O POR ficou à margem da classe. A velha vanguarda mineira foi dissolvida e o proletariado que ficou era e é um proletariado jovem, desconectado de sua tradição. Não a compreende, não a encarna e o partido se viu obrigado a sobreviver na classe média e no magistério. Mas, claro, não podem destruí-lo. Porque entre nós está o programa, essa experiência sintetizada no programa desse fenômeno que explicava, o de ter apreendido a dar forma política ao instinto comunista da classe. Isso não podem apagar e por isso não nos podem liquidar. Por isso, o POR não pode desaparecer. Inclusive a morte de Guillermo Lora, para muitos, significava o seu fim. Dizia-se que os trotskistas bolivianos nunca mais se levantariam. Nossos adversários erraram completamente. Isso porque temos o programa como a síntese dessa experiência, desse processo. A chave está aí: o partido aprendeu a transformar o instinto comunista do proletariado e se enraizou na classe, estruturando-se aí.

Creio que esse percurso do POR boliviano pode servir como experiência. Estamos aprendendo com funciona o partido mundial da revolução socialista. A experiência recente da polêmica acerca de se Rús-

sia já é um Estado operário ou não, nos fez entender como deve funcionar o centralismo democrático em escala internacional. Mas estamos no começo. Estamos aprendendo. Eu quero lhes pedir que diante do Congresso do POR boliviano, que ocorrerá no próximo mês, como já é uma prática no CERQUI, os documentos sejam discutidos nas seções nacionais. Devem ser conhecidos pelos militantes de todas as seções para que opinem. Claro, nós vamos a votar, porque é um problema da revolução na Bolívia, não

podemos pedir que vocês votem, mas será muito útil que nos digam o que lhes parece mal, ou que lhes parece demais ou que sobra. Vamos a discutir de que se trata da discussão voltada a enfrentar o problema de como ser direção das massas no país e, obviamente, no continente.

Muito obrigado.

Viva os 90 anos do POR!

Aplausos!

Pronunciamento de Ramon, seção argentina

Camaradas

Vamos começar com a última consideração do camarada Ulisses. O fato mais importante na história do POR é o seu programa. Um programa que foi ajustado à medida que interveio na luta de classes, dando respostas aos principais problemas da sociedade.

O camarada apontou a resposta à questão militar e camponesa, mas também respondeu ao problema da coca, ao problema da dívida, à relação com o mercado mundial, e não parou por aí. O POR boliviano foi capaz de responder na época ao problema do foquismo na Bolívia, foi capaz de responder ao problema da revolução cubana no momento em que estava acontecendo, não 30 anos depois, mas sim quando a revolução cubana tinha acabado de triunfar.

O POR boliviano foi capaz de alertar sobre o perigo da Perestroika, ou seja, que esse era o caminho da contrarrevolução. E foi capaz de polemizar a partir da Bolívia, de uma Bolívia isolada. Pôde polemizar com as correntes do mundo inteiro e dizer que aquilo era uma armadilha, o caminho que levaria à vitória da contrarrevolução. E foi capaz de caracterizar corretamente a Perestroika e a Glasnost.

Esse partido tem uma vantagem em relação aos outros. Tudo está escrito, tudo está documentado, como disse Guillermo: somos um partido de publicistas. Tudo o que fazemos, tudo o que estamos lutando, estamos deixando por escrito, está documentado, toda a história do POR pode ser reconstruída porque está nos documentos, está nos jornais, está nos livros e está no sangue do proletariado boliviano. É, por isso, que pode ser reconstruído.

Temos um problema. Temos a tarefa histórica de reconstruir o Partido Mundial. E a base, a base de granito em que nos apoiamos é o programa, é o partido, é o POR da Bolívia.

E nesta tarefa nos encontramos com um problema, porque estamos abrindo um debate com outras correntes internacionais. Porque estamos no Chile, Bolívia, Argentina e no Brasil, mas precisamos entender o trabalho de construção do partido mundial para o mundo inteiro. E, um problema que aparece nessa luta com todas as correntes são os preconceitos, as mentiras e as falsificações que as esquerdas têm feito sobre a história do POR boliviano. Isso é um problema.

Como vamos reconstruir a Quarta Internacional



com correntes que mentiram e falsificaram a história? Precisamos acertar as contas com todas essas correntes. Isso é um problema porque um dos méritos mais extraordinários do POR boliviano é que conseguiu sobreviver isolado. Muito isolado, porque está no meio do continente, em uma situação de fechamento territorial. Está politicamente isolado porque a Quarta Internacional o ignorou. Foi isolado pelas correntes revisionistas que não quiseram entender, não souberam entender esse problema central que é a construção do programa, que é construir o partido em torno à estratégia da ditadura do proletariado, da revolução social. Este é o problema dos problemas. E esta é a base sobre a qual foi isolado. Por quê? Porque, de alguma forma, a experiência do POR contrasta com a experiência de todas as correntes revisionistas. O POR foi submetido a um isolamento brutal.

Então, quero me referir a um caso específico para que possamos ver a magnitude desse problema. Uma das correntes que mais gerou preconceitos e mais mentiras em torno do POR da Bolívia foram os morenistas (correntes que herdaram as posições revisionistas de Nahuel Moreno).

Na Argentina, Nahuel Moreno semeou muitos preconceitos. Quando nos apresentamos a um militante morenista como POR ... "Ahhh, em 1952, o POR traiu a revolução, depois fez frente com a burguesia em 1971, depois, em 1985, não conseguiu liderar os mineiros. É um partido que se recusou a construir internacional". Esses são os preconceitos que incutem na militância para bloquear, para eliminar o POR boliviano.

Então, vou usar um texto como exemplo. Alicia Sagra publicou um livro chamado A Internacional, uma luta permanente contra o sectarismo e o opor-

tunismo. Comprei-o na banca de uma organização morenista em Buenos Aires.

Curiosamente, grande parte da história que se refere à Quarta Internacional é voltada contra o POR boliviano. É um livro dedicado a Nahuel Moreno. A autora afirma ser uma militante da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT). Faz um retrospecto interpretativo da origem da Quarta Internacional e coloca o problema que o pablismo significou na sua primeira etapa. Então diz que essa direção desastrosa da Quarta Internacional causou problemas terríveis, quando decidiu que, diante do perigo de que uma Terceira Guerra Mundial pudesse vir, embelezou o Partido Comunista, os stalinistas que haviam sido fortalecidos após a Segunda Guerra Mundial, e que, portanto, os trotskistas deveriam se juntar, deveriam fazer entrismo, trabalhar com os Partidos Comunistas e também com os movimentos nacionalistas burgueses.

Essa ideia de que, diante do perigo de uma Terceira Guerra, os trotskistas tiveram de se dissolver, tiveram de entrar nos partidos comunistas ou de entrar nos movimentos nacionalistas, então a autora diz que essa estratégia gerou uma tragédia na França. O partido francês se dividiu quando teve de se juntar ao Partido Comunista da França, uma parte foi perdida da militância e outra parte foi assimilada pelo Partido Comunista. Não houve, na França, progresso do trotskismo.

Outra tragédia, diz que foi que a Internacional, no início dos anos 50, os trotskistas, não soube responder à repressão contra o levante operário em Berlim, pela burocracia. Por quê? Porque não queriam romper com o stalinismo.

Mas Alicia diz que a pior catástrofe da Quarta Internacional ocorreu na Bolívia. E por quê? Segundo a morenista, a consequência mais trágica se viu na revolução boliviana de 1952. A Bolívia era o único país onde havia a possibilidade de uma seção da Quarta Internacional tomar o poder durante o período de pós-guerra. Isso poderia ter mudado a história do continente.

Claro, tal afirmação, se fosse realmente verdadeira, seria uma tragédia. Se de fato o POR boliviano em 1952 pudesse ter tomado o poder e não o tomou teria traído o proletariado. A explicação é que não o tomou por seus erros, por suas fraquezas, por suas hesitações. Seria uma responsabilidade histórica. Então a autora vai dizer que a crise crônica do trotskismo boliviano é a crise de toda a Quarta Internacional, que a força que o estalinismo e os movimentos pequeno-burgueses adquiriram na Bolívia, na América Latina, tem suas raízes nessa política capituladora, de colaboração de classes, que o pablismo formulou para a revolução boliviana.

Vejam a acusação contra o POR boliviano. Nada menos que o único lugar onde a revolução poderia triunfar, a seção principal da quarta internacional, que era a Bolívia, e, por causa do POR, a revolução fracassou. Que acusação!

Esse é o carma com o qual os morenistas trabalham para gerar danos. O POR traiu, primeiro porque não tomou o poder em 1952. E o que que a autora vai dizer? Reafirmar que uma seção muito forte surgiu na Bolívia, o POR. Com uma importante implantação na classe operária. Em 1946, o POR havia elaborado e aprovado no Congresso da Federação dos Mineiros as teses de Pulacayo. Desde a década de 1940, houve um importante processo de lutas e organização sindical, tanto em relação ao operariado quanto ao campesinato. Politicamente, havia uma situação especial, já que o stalinismo não havia conseguido se firmar na classe operária. O trotskismo alcançou uma grande influência entre os operários, especialmente os mineiros.

Em abril de 1952, a polícia entregou algumas armas aos operários de La Paz. Houve uma revolta de mineiros em Oruro, que foi esmagada pelo Exército e cuja revolta se dirigiu a La Paz. Os operários pegaram um trem cheio de armas. E, a partir daí, derrotaram os 7 regimentos que eram a base do Exército Boliviano. Lá eles tiraram todas as armas. Nesse processo, a COB (Confederação Operária Boliviana) e as milícias operárias foram construídas sob a liderança da nova central. A única Força Armada em toda a Bolívia eram as milícias operárias da COB. Tanto nas milícias quanto na COB, o POR, uma seção da Quarta Internacional, era co-direção.

A revolução teve um novo ímpeto com a insurreição camponesa que ocupou os latifúndios e tomou as terras no vale de Cochabamba e nas proximidades de La Paz. O principal líder camponês da insurreição era um militante do POR. Dito assim: o POR dirigia a COB, o POR dirigia as milícias populares, o POR dirigia os mineiros, as Teses da COB eram as teses que haviam sido aprovadas em Pulacayo, já que foram adotadas pela Confederação Operária Boliviana, que foi criada com a revolução de 1952. Transmite-se, assim, a ideia de que o POR estava na porta do poder.

A tragédia é o raciocínio da autora e de todos os revisionistas, porque o que Guillermo Lora vai explicar, o que o partido explica é que o POR não foi a direção dessa revolução, estava desorganizado e teve uma intervenção, uma participação muito fraca, vinha de uma repressão muito forte. É falso que o partido estava em posição de dirigir o levante. Mas havia uma razão mais forte: as massas acreditavam que o MNR era seu partido, que era um partido revolucionário – a força que iria cumprir todas suas demandas. O MNR era, de fato, uma força muito poderosa e essa correlação política não poderia ser resolvida com um documento da COB, não poderia ser resolvida com alguns militantes à frente dos batalhões de mineiros. O MNR tinha de ser derrotado porque havia ilusões muito poderosas nas massas. Aquele novo governo do MNR, um governo que havia vencido as eleições há alguns anos antes e que a oligarquia o impediu de tomar posse, havia triunfado tendo canalizado as maioria em luta. Então, logicamente, o problema dos problemas da Bolívia era que o MNR tinha que ser derrotado.



E qual foi a proposta do POR?

Que, para conquistar o poder, o partido tem de conquistar as massas. Sem as massas, não é possível tomar o poder e as massas estavam por trás do MNR. O que não se resolvia com uma boa consigna, ou com a ação de alguns quadros reconhecidos na direção da COB.

Era preciso ajudar as massas a perder suas ilusões no MNR. Que elas se choquem e rompam com o MNR e o superem. Isso foi explicado muito bem por Ariel. Como o partido pode ajudar as massas a se conscientizarem e se libertarem da direção burguesa – esse era o real problema posto na revolução de 1952. Somente assim os explorados poderiam superar o nacionalismo. Não havia como forçá-lo a romper com a direção traidora. E qual foi a luta que o POR boliviano travou? Levantou perante as massas a bandeira da nacionalização das minas. O governo do MNR não queria nacionalizá-lo sem pagamento. A palavra de ordem defendida pelo POR foi a da nacionalização sem indenização, e expropriação das minas sob controle operário.

Para quê? Para ajudar a revelar que o governo do MNR não estava disposto a expropriar as minas. Isso começou a gerar um movimento, um embate e um distanciamento com o MNR. Mas esse caminho era inevitável, era necessário ajudar as massas a fazer sua experiência com esse novo governo. A mesma coisa aconteceu com a insurreição camponesa. O problema era: temos de entregar a terra, o caminho é o da revolução agrária. Os latifúndios tinham de ser expropriados, um caminho de choque com a política do MNR.

Mas, o que os revisionistas disseram? Disseram que o próprio POR boliviano, seguindo as ordens de Pablo, seguindo as ordens dos revisionistas da Quarta Internacional, propôs apoio crítico ao governo. Que se devia apoiar o governo do MNR.

Guillermo Lora e o Congresso boliviano do POR disseram que aquele era um caminho de capitulação, e rechaçaram o apoio crítico. Temos de ajudar as massas a superar, a romper com este governo. Vamos desenvolver todas as lutas, todas as demandas para que essa experiência seja completada, para que as massas possam conquistar essa experiência. A autora diz que, no Congresso de junho de 1953, o POR boliviano adotou uma tese de apoio crítico ao governo do MNR. Guillermo Lora rechaçou essa mentira!

Foi o representante da Internacional, o enviado da Argentina Posadas, em nome do Comitê Latino-Americano que interveio na Bolívia, e trabalhou para quebrar o POR boliviano, para dizer que era necessário se juntar ao MNR, que era necessário apoiar o MNR. Por que essa diferenciação é importante? Porque a direção internacional da Quarta Internacional trabalhou para dividir o POR boliviano. Para pressionar um setor do partido a se juntar ao MNR e dividir o partido.

E é nesse contexto que o POR começa a se dividir. E a facção de Guillermo Lora aparece dizendo: sem apoio crítico! Somos contra a adesão ao MNR. Devemos lutar pela independência política do

proletariado. Temos de lutar contra as ilusões no MNR. Guillermo Lora dirá: esta tese do X Congresso de julho de 1953 é a base programática para o desenvolvimento de nossa luta política nos anos seguintes, porque marca o caminho da luta contra o MNR. Tudo isso está escrito. Existem os documentos, existem os congressos do partido, existem as cartas da internacional, existem as posições de Posadas.

Finalmente, essa luta é mantida clandestina, escondida com todas essas questões, sem a seção principal da Quarta Internacional, a seção que poderia tomar o poder. Por que toda a internacional não estava trabalhando, ajudando o partido neste trabalho? Pelo contrário, não houve intervenção para ajudar o partido. Pelo contrário, os revisionistas trabalharam para dividi-lo, para quebrá-lo. É por isso que é tão importante ter um programa, com uma ideia muito clara de independência política diante dessas poderosas ilusões, e a pressão que as ilusões exerceram sobre as massas para que seguissem o governo do MNR.

A segunda questão que este livro vai desenvolver, que também é um preconceito que se repete, é a ideia de que o POR boliviano não queria construir a internacional, não queria se juntar à Internacional. Isso é uma falsidade absoluta! Pudemos verificar, como Atilio apontou no início, como nos vinculamos ao POR boliviano e a resposta do POR boliviano foi imediata: “começamos, formemos um comitê de construção para ver como enfrentamos a tarefa de construir a internacional”. Esta foi a resposta. Isso foi há mais de 30 anos.

Mas, antes disso, o POR havia vivido uma experiência que foi a Tendência Quarta Internacional (o TQI), junto com a Política Obrera da Argentina e outros grupos, uma tendência que fracassou, que falhou no início dos anos 1980, porque a Política Obrera decidiu por um caminho eleitoralista, decidiu seguir o caminho de Moreno para romper a relação com o POR da Bolívia. E, antes disso, o POR boliviano esteve no Comitê Internacional e no CORCI até o início de 1979, defendendo um trabalho internacional. Desde o final dos anos 1960, já estava vinculado ao Comitê Internacional.

Bastava rever os jornais Massas, rever qualquer documento ou qualquer panfleto do POR boliviano, para constatar que o partido tinha uma relação internacional e que travava a luta internacional.

A afirmação de que o POR boliviano se isolou e que é um caso de nacional-trotskismo não passa de propaganda fraudulenta. Assim como na França, como o PO na Argentina, os adversários do POR não querem construir a Internacional. Logicamente, isso é uma mentira. É certo que o POR boliviano teve um período de isolamento da Quarta, porque depois da intervenção dos pablistas na Bolívia, com a Quarta Internacional dizendo que tinha de se juntar ao MNR, procurando fraturar o partido, despertou-se uma enorme desconfiança do POR boliviano em relação à Internacional.

Então, na realidade, o POR boliviano manteve

uma política internacionalista o tempo todo, e, para nós, foi muito importante. Quando o Partido Obrero da Argentina explodiu, a primeira referência que tivemos foi a crítica feita por Guillermo Lora em 1984, muito cedo, quando o Partido Verde foi legalizado. Ele diz, muito concretamente: um partido não pode mudar seu nome assim. Não pode abandonar sua tradição. Não pode mudar seu programa, não pode mudar seu Estatuto. Tem de haver uma razão muito poderosa. Então, diz que essa mudança de nome, essa adaptação à legalidade constitucional, à legalidade burguesa é uma dissolução da tentativa de construir um partido revolucionário.

Estamos muito conscientes dessa crítica que Guillermo Lora fez àqueles de nós que éramos militantes no PO. Muito forte. Vimos que era preciso nos relacionar com Guillermo. Decidimos: temos de procurá-lo, porque temos de construir uma organização com Guillermo Lora.

Ele imediatamente nos respondeu como respondeu ao camarada no Brasil. Ele veio para a Argentina, nos encontramos imediatamente e ele disse: a primeira questão que vocês têm de trabalhar é, ainda que seja rudimentar, elaborar um programa. Você tem de dizer que tipo de revolução deve ser realizada na Argentina. Quem são os aliados da classe operária? Que tarefas o proletariado da Argentina tem de cumprir que a burguesia não pôde cumprir? Por que, antes de derrotá-la fisicamente, antes de derrotá-la militarmente, a classe operária tem de derrotá-la ideologicamente. Tem que derrotar a burguesia, dizer que a burguesia não pode mais governar este país, que a classe operária é quem deve tomar as rédeas do país. A primeira coisa que vocês precisam fazer é formular essas ideias em um programa e intervir na luta de classes. E vão corrigi-lo, vão melhorá-lo à medida que intervêm com esse programa. Esta foi a primeira lição de Guillermo Lora. Não copie nada da Bolívia. Trabalhe com o programa e teste-o.

Finalmente, este livro também levanta duas críticas que são frequentemente repetidas pelo revisionismo. Uma é que o POR é sectário e não quer fazer uma única frente com ninguém. Que o tempo todo fala na ditadura do proletariado e na escala móvel de salários. Isso é introduzir um forte preconceito, porque precisamente, se o Partido Revolucionário não fizer propaganda da ditadura do proletariado, quem o fará? Quem vai falar sobre a classe operária tomar o poder, que tem de estabelecer sua própria ditadura? Qual partido vai explicar que a democracia burguesa é uma forma de ditadura do capital e deve ser derrotada?

Portanto, isso é um chavão que aparece o tempo todo. Dizer que o POR da Bolívia é uma seita porque faz propaganda da ditadura do proletariado, não passa de banalidade. Isso, que para nós é a maior virtude, de ser a expressão consciente da luta pela ditadura do proletariado, pela transformação revolucionária da sociedade, para os centristas é sectarismo.

E isso também é uma mentira em relação à frente única. A intervenção na Assembleia Popular, por exemplo, a intervenção na formação da FRA (Frente

Revolucionária Anti-imperialista), é uma expressão formidável de unidade, uma ferramenta da unidade da classe operária e um apelo à unidade de todos os oprimidos para lutar pela tomada do poder.

Na última intervenção radicalizada das massas em 2019, se pôde ver como o partido, um partido pequeno, foi capaz de liderar dezenas de milhares nos ataques contra Evo Morales e o governo do MAS. Muitos conhecem a experiência do camarada de Sucre. Ele liderou um comitê cívico, um Cabildo, que liderou mais de 100.000 pessoas. É um partido que lidera a Confederação Operária Departamental de Sucre.

Portanto, este partido tem uma política para conquistar as massas, para se dirigir às massas, não um aparato de unidade para intervir nas eleições. Uma unidade para unificar as massas por trás de um programa, uma perspectiva revolucionária.

Esse desconhecimento faz com que em relação à Assembleia Popular de 1971, como disse o camarada, o primeiro sovieta da América Latina, a autora morenista dedique duas linhas e diga, esta é uma frente com a burguesia, esta é uma frente com os militares para não fazer a revolução. Essa é toda a conclusão. Não se deu ao trabalho de ver como a assembléia popular estava estruturada, qual era o método de construção. Qual foi o programa que foi aprovado. Quais foram as lutas que ocorreram. Qual foi o impacto na Bolívia.

Então, para resumir. Todas essas ideias são repetidas pelos revisionistas para atacar, para isolar o POR. Dizemos que temos a obrigação de combater todos esses preconceitos, porque a tarefa que temos pela frente é resolver a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. E, para isso, temos de responder a esses ataques em nossos países.

Um dos problemas que temos são esses preconceitos, essas mentiras que foram espalhadas, em uma quantidade infinita de publicações.

Às vezes, Guillermo Lora dizia não, não se preocupem, deixe-os falar porque de repente fazem propaganda para nós. Mas isso é relativo. Esse trabalho é feito por todo esse número de intelectuais e causa danos e então temos de derrotar essa política. Faz parte do nosso trabalho.

Por último, gostaria de fazer uma observação. Onde estão esses críticos que pareciam tão ortodoxos, tão defensores do trotskismo? Já em 1954, Nahuel Moreno propôs na Argentina a formação de um partido centrista. Dito assim, desse jeito. Um partido centrista deve ser formado. Três anos depois, Moreno, que publicava um jornal chamado Palavra Operária, juntou-se ao peronismo. Ele se dissolve no peronismo. Aquele que parecia tão crítico do pablistismo e contra o entrismo, entrou no peronismo por vários anos e o seu jornal dizia: "Sob as ordens do general Perón". Esta é uma submissão, uma submissão completa ao nacionalismo burguês.

Saiu em meados dos anos 1960 e se fundiu com o setor de Santucho para formar o PRT. Uma experiência fracassada com a ilusão de que a revolução cuba-



na estava introduzindo outros métodos, outro sujeito histórico com a ideia de que era necessário prestar atenção ao fenômeno, à nova realidade que Cuba impôs, defendendo a unidade com o PRT. Após três anos, se dividem. De um lado, o PRT A Verdade, de outro o PRT O Combatente.

Já conhecemos a história. Mas o PRT A Verdade, do Moreno, foi fazer uma aliança, dois anos depois, com o Partido Socialista Argentino de Coral, num Partido Social-Democrata para intervir nas eleições de 1973. Foram as eleições em que Perón voltou. E, a partir daí, o que prevaleceu nessas correntes é o eleitoralismo, a ideia de que o deve ser formado é um partido de trabalhadores, que a estratégia não é mais a ditadura do proletariado, mas, um governo dos trabalhadores. Essa ideia de que nas eleições se deve intervir não fazendo propaganda bolchevique, não fazer propaganda revolucionária, mas propaganda de tipo social-democrata, adaptando-se assim aos

processos eleitorais. A história os julgou muito bem, porque os maiores críticos da história do POR boliviano acabaram seguindo o caminho que criticavam.

Então, vamos à pergunta: por que todas essas calúnias? Por que toda essa mentira? Para esconder suas próprias ações. Porque bastava entrar em contato com a Bolívia, conhecer sua luta, conhecer sua realidade, conhecer seu programa, para entrar em contradição, em choque com sua própria política.

Este é o problema em que temos que trabalhar o tempo todo, porque precisamos reconstruir a Quarta Internacional, e esta é a tarefa mais importante da humanidade, como disse Atilio no início, esta é a crise da humanidade, a crise de direção e este é o nosso desafio histórico na Argentina, no Chile, na Bolívia, que a CERCI encarna.

Obrigado.

Palmas!

A origem trotskista do POR

Antonio de Almeida

O surgimento do POR boliviano se dá em um quadro de aparecimento de outras organizações trotskistas na América Latina, a partir de rupturas nos partidos comunistas estalinizados. O que se passa em nosso continente, naquele momento, deve ser compreendido, então, como um reflexo do combate do trotskismo, em escala internacional, pela preservação e continuidade do marxismo-leninismo.

A luta contra a burocratização do Partido, do Estado Operário e da III Internacional começa em 1923, portanto, quando Lênin ainda estava vivo, mas já com sua saúde bastante debilitada. Lênin falece em janeiro de 1924.

A Oposição de Esquerda russa começa a se estruturar em outubro de 1923. Em seus primeiros passos, comparece o combate pela democratização do PCUS (direito de expressão de frações e tendências) e por um plano de industrialização. Um marco desse período é a publicação da obra Novo Curso, datada do início de 1924.

No V Congresso da IC, é aprovada a política antimarxista do “socialismo num só país”, proposta pela camarilha estalinista. O V Congresso se dá em meados de 1924, portanto, depois da derrota da revolução na Alemanha (outubro de 1923) e da morte de Lênin.

Em seguida, em 1925-26, o combate à degeneração estalinista se amplia ao plano internacional, diante da aliança de Stalin com a burocracia sindical inglesa, que liquidou a construção da greve geral naquele país.

Em 1926, forma-se a Oposição Unificada com Zinoviev e Kamenev - a curiosidade é que estes haviam se aliado inicialmente a Stalin na “troika” contra Trotsky. Em novembro de 1927, Trotsky é expulso do CC e do Partido e suas teses são derrotadas no XV Congresso do PCUS em dezembro. No final de janeiro de 1928, Trotsky é exilado em Alma-Ata (no Cazaquistão), marcando o início de sua longa perseguição, passando pela Turquia, França, Noruega e México, onde é assassinado,

onde é assassinado,

As polêmicas sobre a China datam de 1927, com a política de subordinação do PC ao Kuomintang (partido nacionalista burguês), que resulta em um verdadeiro desastre. Trotsky responde à questão chinesa com uma política internacionalista, aplicando a teoria da revolução permanente para os países atrasados: a revolução democrática tinha de se transformar em socialista, sob a direção da classe operária.

Entre 1930 e 33, o eixo do combate da Oposição de Esquerda se desloca para a Alemanha, ou melhor, sobre como evitar a vitória do nazifascismo. Contra a linha ultraesquerdista da IC estalinista do chamado “terceiro período”, definida no VI Congresso da IC (ocorrido em 1928), que colocava um sinal de igualdade entre a socialdemocracia e o fascismo, Trotsky propõe estabelecer uma Frente Única Operária.

Diante da política desastrosa do estalinismo, que favoreceu a ascensão de Hitler (o qual assume o cargo de chanceler em janeiro de 33), Trotsky abandona a linha de reforma da III Internacional e proclama, em uma Conferência, ocorrida em agosto de 1933, a luta pela construção da Quarta Internacional;

Os núcleos originais do trotskismo latino-americano são forjados nesse caldeirão dos anos 1930. Surgem agrupamentos na Argentina, Chile, Uruguai, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Panamá, Porto Rico, México e Bolívia. Além do combate à burocratização, comparece o problema do ultraesquerdismo.

De acordo com os estalinistas, o “primeiro período” tinha sido o revolucionário, o da Revolução Russa; o “segundo período”, de prosperidade capitalista nos anos 1920; e o “terceiro período” seria o da “crise final e definitiva do capitalismo”, quando a revolução estaria na ordem do dia em toda parte – defini-

ção absolutamente mecânica. Nos países atrasados, porém, o caráter dessa revolução seria “intermediário”, nem burguês nem socialista. Aí se vê o caráter centrista do estalinismo, combinando um desvio estratégico reformista com uma tática ultraesquerdista.

Na América Latina, o ultraesquerdismo da linha do “terceiro período” leva a inúmeros e trágicos equívocos. Vale citar três exemplos: no Chile, o PC estalinizado caracteriza o governo do general nacionalista de Marmaduke Grove como “nova variante da reação fascista”; no Brasil, os estalinistas são empurrados à aventura da chamada Intentona Comunista; em Cuba, o governo Grau San Martín-Guiteras, que havia abolido a “emenda Platt” (símbolo da submissão aos EUA), é qualificado como “social-fascista”.

As rupturas com os PCs vão se dando a partir dessas divergências, e, nesse processo, vão se aproximando da Oposição de Esquerda trotskista. É o caso de José Aguirre Gainsborg, na Bolívia. Já nos anos 1930, a influência da Revista Comunismo - editada por Andreu Nin, do POUM espanhol - por exemplo, é bastante importante. É o caso dos hidalguistas (referência a Manuel Hidalgo) no Chile, que forma o grupo intitulado Esquerda Comunista do Chile, tendo entrado em contato com as ideias de Trotsky a partir da mencionada revista.

A questão espanhola se agudiza entre 1936 e 1939. No VII Congresso da IC, ocorrido em meados de 1935, Stalin faz aprovar uma guinada em relação à política do “Terceiro Período”, adotando a linha das Frentes Populares, que implicava uma subordinação dos Partidos Comunistas aos partidos da chamada “burguesia progressista”, adiando a revolução socialista indefinidamente, até a conclusão da “revolução democrática” (“revolução por etapas”).

O POUM, no entanto, que tinha adquirido uma notável importância no trabalho internacional da Oposição de Esquerda, acaba assumindo uma linha centrista, capitulando diante da política das Frentes Populares – formula a ideia de que se tratava de uma “etapa” da luta pela Frente Única Operária, um erro que custou muito caro.

Em setembro de 1938, ocorre a fundação da IV Internacional. No Congresso de fundação, ocorrido em Paris, havia apenas um latino-americano, o brasileiro Mário Pedrosa.

Até a Segunda Guerra, o Comitê Executivo da IV estava fixado na Europa. Quando eclode a guerra, a direção do movimento trotskista mundial se deslocou para o SWP dos EUA.

Trotsky é assassinado a mando de Stalin no México, em 1940. Com esse trágico acontecimento, e com as numerosas baixas de quadros importantes pelas mãos dos fascistas ou dos estalinistas, a exemplo do filho de Trotsky, Leon Sedov, a Quarta se enfraquece. No pós-Segunda Guerra, o revisionismo toma conta de suas fileiras, principalmente com a ascensão do pablismo (referência a Michel Pablo).

Nessa trajetória, destaca-se o exemplo do POR e de Guillermo Lora, por ter se constituído como uma exceção: o POR logrou penetrar no movimento operário e constituir o Programa, aplicando o método do Programa de Transição à realidade da Bolívia. Daí a conclusão fundamental, de que não há como reconstruir a IV Internacional à margem da experiência do POR boliviano.

Viva o POR!

Viva!

Palmas

Principais etapas da construção do POR

Magda Soares

Boa tarde, companheiros

Fiquei responsável de fazer um breve percurso da história do POR boliviano. Nas Obras Completas, que possui 70 volumes, Guillermo Lora expõe as formulações do POR diante dos principais acontecimentos da luta de classes. Faz parte das Obras, a Contribuição à História Política do POR, do período e 1935-1977. Pensei em destacar quatro momentos.

O primeiro, abarcando os dez primeiros anos. Lora assinala que Aguirre foi exilado para o Chile e lá se integrou ao Partido Comunista chileno. Sob influência da Oposição de Esquerda Internacional conseguiu penetrar suas críticas ao estalinismo nas fileiras do Partido Comunista chileno. Aguirre foi expulso do partido em 1933. O que o levou a constituir a Esquerda Boliviana no Chile. Como se vê, os primeiros quadros que deram origem ao POR resultaram da luta no interior do Partido Comunista no Chile e do trabalho de organização de Aguirre.

Ao mesmo tempo, outro militante boliviano, Tris-

tan Marof se encontrava exilado na Argentina. E havia constituído o grupo Tupac Amaru. Aguirre e Marof unificaram os dois grupos no Congresso de Córdoba em 1935, na Argentina, dando origem ao POR.

Lora diz que a plataforma de unificação não constituiu uma sólida básica programática. Assim, não tardou a se manifestar as diferenças políticas entre Aguirre e Marof. Em 1938, ocorreu a primeira cisão do POR. Os marofistas tinham como objetivo criar um partido de massa, portanto oposto aos fundamentos do marxismo.

A morte prematura de Aguirre, em outubro de 1938, golpeou o POR. Isso porque sintetizava a experiência da luta no terreno do fortalecimento da IV Internacional e do trabalho de penetrar no seio do proletariado boliviano. O POR ficou reduzido a um pequeno núcleo de discussão do marxismo em Cochabamba, por cinco anos. Sob a direção de Tomás Warqui a relação com a IV Internacional se tornou muito tênue, embora mantivesse relações por meio de cartas.



A direção não chegou a desviar das formulações de Aguirre, mas pôs em risco a existência do POR.

O segundo momento, se deu entre os anos de 1939 a 1942. Com a constituição do Comitê Regional de La Paz, que impulsionou a orientação da militância a pôr em pé um partido vinculado à luta de classes. Iniciou-se uma intensa propaganda e agitação, que resultou numa dura perseguição. Lora despontará como o militante que abrirá uma nova etapa de construção do partido como vanguarda revolucionária do proletariado. Abriu-se o caminho para a aproximação com os mineiros da região de Oruro, Huanuni, Siglo XX e Colquiri. O massacre de Catavi, setembro de 1942, expressará a agudização da luta de classes. Por meio do sindicato de Catavi, os trotskistas puderam levar aos operários as reivindicações transitórias, como escala móvel dos salários e de trabalho. O V Congresso do POR, em setembro de 1946, ocorreu em uma situação de agitação entre os mineiros. E o POR estava aí. A direção do POR se estruturou. Dois meses depois, no Congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia se aprovaram as Teses de Pulacayo, redigidas pelo POR.

As Teses de Pulacayo passaram a ser uma referência da luta de classe dos explorados contra a burguesia e seu Estado. Estavam ali assentadas a aplicação do Programa de Transição, ainda que na forma de um documento sindical. As Teses caracterizam a Bolívia como país capitalista atrasado, como parte da economia mundial. Estabelece a estratégia da luta por um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Em 1947, houve a formação do Bloco Mineiro Parlamentar. O POR pôde assim aplicar a tática leninista de utilizar o Parlamento como tribuna para defender perante as massas o programa revolucionário. Em função dessa política, os mais destacados membros do Bloco Parlamentar foram expulsos.

O POR ganhou projeção nacional. Em fevereiro de 1947, publicou o Jornal Luta Operária. A direção da IV Internacional, nesse período, não acompanhou as transformações pelas quais passavam a luta de classes e o POR na Bolívia.

Lora assinalou que a história do POR realmente inicia quando houve o entroncamento do marxismo

com o proletariado mineiro. Foi nesse momento, que se soldou a teoria revolucionária, portanto, as ideias revolucionárias, com os instintos revolucionários.

O terceiro momento, de 1952 a 1971, se caracterizou por profundos conflitos interburgueses, avanço da luta de classes e pressões do imperialismo. A Revolução de 1952 foi o ponto alto da luta dos explorados. A classe operária constituiu a Central operária Boliviana (COB), que passou a expressar a luta dos explorados pelo poder. Mas, foi o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) que foi colocado no poder. Lora deixou inúmeros testemunhos de que não houve a traição do POR à revolução. Hoje, por meio do pronunciamento de Ramon, pudemos verificar a extensão que tomou essa calúnia, repetida pelas correntes adversárias do POR. Outra camarada fará uma síntese da Revolução de 1952 e o lugar do POR.

O primeiro número do Jornal Massas apareceu em novembro de 1954. Foi dedicado a análise do 1º Congresso do COB. Já na sua origem, o Jornal foi marcado pela repressão e prisão dos militantes.

A Assembleia Popular, criada em 1º de Maio de 1971, foi o auge da luta de classes e foi o exemplo do duplo poder. Como programa, organização e política assinalou o caminho para tomar o poder. Foi destruída pelo golpe militar de agosto de 1971.

Por último, quero destacar o lugar do POR na construção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). O CERQUI, teve sua primeira reunião em 1988, em La Paz. As dificuldades em levar adiante o CERQUI foram e são muitas. No entanto, a fortaleza do CERQUI está na experiência política e organizativa do POR da Bolívia.

Concluo essa breve exposição ressaltando uma das colocações fundamentais de Guillermo Lora, quando da fundação do POR no Brasil em 1989: não há partido sem programa. Assimilar as ricas experiências do POR boliviano tem sido nossa tarefa. Nesses 90 anos de existência do Partido Operário Revolucionário, rendemos, hoje, nossa homenagem.

Viva José Aguirre, fundador do POR boliviano!

Viva Guillermo Lora!

Viva a construção do CERQUI!

O vínculo histórico entre a Revolução de 1952 e a constituição da Assembleia Popular de 1971

Lara Amorin

Boa tarde companheiros, companheiras, saudação.

Eu vou expor um pouco mais sobre o que foi a atuação do POR na Revolução de 1952 e a Assembleia Popular de 1971. Da Revolução de 1952, é muito importante compreender que, por mais que o partido ainda fosse bastante jovem – estamos falando de um partido que surgiu em 1935 –, então, com 11 anos de existência, o POR já elaborava as Teses de Pulacayo. E um pouco antes de completar 17 anos, estava envolvido no processo de uma revolução nacional.

Na Revolução de 1952, duas correntes disputaram a direção do movimento, e, em torno delas, todas as demais se colocaram. Essas correntes foram o MNR, que era o partido da pequena burguesia, mas a pequena burguesia não tem um programa próprio, então expressava o nacionalismo burguês. É o POR que expressava o programa proletário. E isso, não é só a gente que fala. Se alguém daqui for a La Paz, poderá visitar o memorial da Revolução de 1952. Esse memorial tem quatro paredes enormes, como se fosse

um balcão. Duas paredes são pintadas pelo muralista, porista, Miguel Alândia Pantoja, também militante que ajudou a criar a Central Operária Boliviana e as milícias operárias e camponesas, que expressavam a luta de classes. E duas paredes são de um muralista nacionalista, que retrata todo mundo de mãos dadas, aquela história pacifista que a gente conhece.

Então, essas duas correntes disputaram a Revolução de 1952. E numa condição bastante desigual do ponto de vista organizativo. Afinal, o que foi a Revolução de 1952? O MNR já era um partido que havia disputado a eleição de 1951, e a ganhou. Porém, o governo da rosca mineira - a Rosca era o governo das oligarquias, das mineradoras e do latifúndio, desfecha um golpe e anula o resultado eleitoral. E como o MNR responde a isso? O MNR foi golpeado. Responde como partido pequeno burguês, tentando organizar um contragolpe, apoiado em setores do exército, da burocracia estatal. Porém, as posições programáticas expressas pelas Teses de Pulacayo, e divulgadas pela própria burguesia nos seus jornais, tipo, olha que escândalo, a classe operária falando de tomada de poder, criou uma semente no proletariado mineiro. E nesse momento de crise, a classe operária empunhou aquelas ideias e passou a ir para as ruas. Os operários, os camponeses, os operários com seus instrumentos de trabalho, que são dinamites. Os camponeses, tomando as terras. E, nessa ação, os explorados destroçaram o exército, não no sentido que teve um embate militar e acabaram com o exército, mas no sentido que racharam militares, abrindo os quartéis, pegando as armas e atraindo a baixa oficialidade para o lado da revolução. E isso fez com que aquele golpe palaciano do MNR virasse uma verdadeira insurreição popular.

Nessa ação das massas, estava expressa a linha proletária, os seus métodos, a linha do Partido Operário Revolucionário. E o MNR, como oportunista, a sua ala esquerda passou a se mimetizar recitando as ideias revolucionárias. Juan Lechin, que era um sindicalista, ele passa a refletir as ideias das Teses de Pulacayo. Então, quando falamos que as massas se iludiram com o MNR, é porque esse partido, de forma oportunista, vai utilizar-se de parte das posições do POR. E também porque o POR, extremamente jovem, e nesse enfrentamento da repressão, lutando para construir seus quadros, ainda não estava à altura, organizativamente, de seu programa. É necessário, aqui, no Brasil, colocar o POR à altura de seu programa.

Há um momento de ascenso da luta na primeira semana depois do início da Revolução de 1952, que é datada de 9 de abril, já no dia 17, quando se cria a Central Operária Boliviana. A COB surge como um organismo do tipo soviético em que o povo leva os seus problemas, as massas os levam para tentar solucionar, a exemplo do problema agrário, do controle das minas, da educação pública. O POR vai lutar nesse processo para mostrar que o MNR, como corrente nacionalista burguesa, não tinha como resolver os problemas da nação oprimida. Por isso que o POR re-

jeita toda subordinação ao nacionalismo. Quando se fala que a Quarta Internacional à Bolívia, não se trata da Quarta Internacional do Trotsky. São os revisionistas da Quarta Internacional. É o Pablismo que vai à Bolívia num momento decisivo, ao invés de ajudar, ou pelo menos não atrapalhar, provoca uma cisão no POR. E dessa cisão, quem permaneceu foi temperado no fogo da revolução e continuou construindo partido. Quem foi para ideia do entrismo no MNR, nunca mais saiu da política burguesa, se degenerou e apodreceu, mostrando que o POR estava correto.

E o MNR cumpriu a trajetória que o POR prognosticou, inclusive o próprio Paz Estenssoro, que foi quem ganhou a eleição em 1951, depois, nos anos seguintes, lá nos anos de 1990, torna-se um neoliberal. Ele vai fechar as minas. Vai concluir como totalmente pro-imperialista. Mas o POR, nesse momento, não conseguiu vencer o nacionalismo. Inclusive porque o nacionalismo se travestiu tanto que ele inclusive ofereceu à COB metade dos ministérios. Foi o co-governo. E o POR rejeitava isso. O POR defendia o poder próprio da classe operária. Mas imaginem a sedução de metade dos ministérios para a central operária. E, por essa via, os nacionalistas desvirtuaram e destruíram o processo revolucionário e reconstruíram o poder da burguesia. Bolívia vai passar por governos militares e tudo mais. Em 1969, o governo militar de Barrientos Ortuño morrerá em um acidente. Os setores que estavam reprimidos voltam a se manifestar e a se organizar.

E Bolívia, na sua história, teve mais de 180 golpes e contragolpes, tentativas de golpe. A instabilidade é uma constante, por conta da fragilidade da democracia burguesa, da própria fragilidade da burguesia. E, nesse processo, o POR vai impulsionar as forças operárias, populares, inclusive os partidos. Aplicará a tática frentista, para construir o comando operário, o comando político e popular. Forma-se um comando e se convoca a Assembleia Popular. Nesse processo, inclusive, o POR mostra como é possível enfrentar um golpe entre setores da classe dominante com independência de classe. Diante de uma tentativa de derrubar o governo do general Torres, que era da ala esquerda do governo nacionalista, por um setor da direita, o POR não ficou assim, ah, eles que se matem, não! Combate o movimento golpista, sabendo que iria levar a mais esmagamentos. Porém, agiu com independência. Essa posição fez com que, quando se criou a Assembleia Popular, em 1º de maio de 71, o general irá com sua fanfarra tentar marchar à frente dos operários. E os operários marcham no lugar, a fanfarra vai e eles tomam outro rumo e vão abrir, na Assembleia Legislativa, a Assembleia Popular, com mandatos revogáveis e com a declaração consciente de estar criando um poder da classe operária. É nessas condições, a de se constituir uma situação de duplo poder, daí o caráter soviético da Assembleia Popular, que, mais uma vez, Torres virá com a ideia do co-governo. E aqueles setores que estavam lá na frente, que era a Assembleia Popular, mas empurrados pelas circunstâncias, carreiristas que a gente conhece, estavam doidos para virarem ministro de novo.



O POR, sob a direção de Guillermo Lora, não conseguiu impedir a movimentação dos que pretendiam levar a Assembleia Popular a servir um co-governo. Travaram-se os embates em torno ao poder. Ao se colocar condições, como a de que tal governo só poderia ser eleito pelas assembleias, com mandato imperativo e revogável, e que não poderia ser a mesma pessoa do comando, o próprio Torres recuou. Porque nesse caso não seria um co-governo que, na verdade, expressaria o poder da burguesia.

A Assembleia Popular durou cerca de três meses. Sua primeira resolução foi como enfrentar o golpe, porque sabia que a burguesia estava reagindo diante de forças golpistas. Tratava-se de enfrentar a reação com independência política, com a greve geral e armando o povo. Nos debates da Assembleia Popular, se colocou em discussão o controle operário da mineração, como seria feito isso, a criação dos tribunais populares para julgar os crimes da burguesia, a universidade única sob o controle do proletariado, e, como eles já prognosticavam, a burguesia iria avançar no seu golpe. Não se tinha conhecimento, naquela época, sobre a articulação internacional do Plano Condor, patrocinado pelos Estados Unidos e que contou inclusive com a participação da ditadura do Brasil. A

Assembleia Poppular resiste ao golpe. Por cinco dias, dezenas de milhares de operários e camponeses marcham a La Paz para combater. Eu cheguei a conversar com o operário mineiro, Mora, que combateu e chegaram a tomar o estado maior lá. Quando vieram os aviões, os combatentes não sabiam se vinham para confraternizar, mas logo se viram bombardeados. Relatou que demoraram a resistir porque Torres não entregou as armas, só entregou uns fuzis velhos, mas lutaram, combateram, e na hora que eles viram que não conseguiriam, de fato, enfrentar o golpe, recuaram para preservar fisicamente a vanguarda e muitos se exilaram.

Lora, refugiado no Chile, vai tentar impulsionar a Frente Revolucionária Anti-imperialista (FRA). A Revolução 1952 e a Assembleia Popular de 1971 se destoam dos reformistas, da linha da conciliação de classes, das frentes populares e do foquismo e reconstitui a linha da insurreição popular e da dualidade de poderes. Por isso, o POR é a continuidade do marxismo, do leninismo e do trotskismo.

Viva o POR!

Viva!

Palmas

Crítica programática à experiência foquista na Bolívia e América Latina

Clovis Gonçalves

A construção programática do POR boliviano foi o resultado da intervenção dos seus militantes. Esse é um elemento extremamente importante que nós aprendemos com o POR boliviano e tentamos desenvolver aqui na nossa experiência. E um dos marcos dessa elaboração programática foi a crítica marxista ao aventureirismo foquista. Este fenômeno do foquismo que ocorreu nas décadas de 60 e 70, os mais jovens certamente não viveram, mas era uma época em que a sedução do foquismo, que se apresentava como “guerrilha”, agora entre aspas “guerrilha”, tomou conta de uma importante camada da juventude, principalmente da vanguarda, principalmente na América Latina. De modo que caracterizar, explicar e enfrentar esse fenômeno era extremamente importante para o partido desenvolver seu programa.

O foquismo foi uma generalização acrítica, não crítica, da experiência cubana, da revolução cubana e impulsionada até certo momento pelo próprio castroismo, pelo governo cubano. O foquismo é basicamente a ideia de que um foco guerrilheiro, como eles chamavam, um foco fortemente armado, de pessoas corajosas e audazes, seria suficiente para incendiar as massas que as seguiriam, seguiriam o exemplo combativo dos foquistas, e com isso poderiam derubar os governos. Basicamente era esta formulação. O foquismo não era muito rico em elaborações teóricas nem filosóficas. O negócio para o foquismo era ter coragem de atirar e enfrentar o inimigo armado e mais poderoso.

Embora o foquismo fosse um fenômeno tipicamente latino-americano, não deixava de ser uma

reação contra décadas de pacifismo do estalinismo, tanto do Partido Comunista Soviético quanto, posteriormente, do Partido Comunista Chinês. Pacifismo no sentido de que defendiam a coexistência pacífica com o imperialismo e essa política se refletia nos países atrasados, na renúncia à revolução proletária, e no apoio a uma suposta revolução democrática encabeçada por um setor progressista da burguesia nacional desses países. Coexistência que ninguém achou e nem achará. Mas esse pacifismo era o que predominava. Com a morte de Stalin, abriu-se uma crise no movimento comunista internacional, e a juventude, principalmente, até dentro dos partidos comunistas, passou a exigir uma postura mais ativa.

Isso provocou diversas rupturas, e o fenômeno do foquismo na América Latina vai ser generalizado. No próprio Brasil, houve cerca de 18 a 20 grupos foquistas que se surgiram durante a ditadura militar. Essa experiência arrastou milhares de jovens da vanguarda juvenil, principalmente, e provocou a morte de muitos ativistas, não apenas envolvidos no foquismo. Foram liquidadas lideranças operárias, camponesas e populares. Essa experiência foi utilizada também como pretexto do Plano Condor, uma articulação internacional dirigida pelos norte-americanos para enfrentar a luta de classes, justificada pelo combate ao “terrorismo”.

O Plano Condor foi uma repressão internacional, uma colaboração entre as repressões dos diversos países que caçava militantes de um país, para entregar ao ditador de outro país e assim por diante. Foi mérito do POR boliviano ter caracterizado com

precisão este fenômeno no momento em que estava acontecendo. Não foi 20 anos depois, foi naquele momento que se posicionou. E isso é extremamente importante perceber, porque era no momento em que o foquismo estava em projeção. E o POR boliviano caracterizou claramente como um desvio pequeno burguês, expressão do desespero da pequena burguesia, e que não tinha nada a ver com a classe operária.

Estamos falando do foquismo, que não deve ser confundido com a guerrilha. Porque é importante entender que o POR boliviano sempre estudou e defendeu o método das guerrilhas. O POR e os trotskistas não somos pacifistas. Nós defendemos a revolução, portanto, defendemos a insurreição armada. Nós nos opomos ao foquismo como expressão da pequena burguesia, cuja ação armada se dá à margem do proletariado. Agora, um dos aspectos da luta armada, ou uma forma da luta armada antiga, são as guerrilhas, que é uma forma de luta dos oprimidos que existe há muito tempo. E o POR boliviano sempre estudou e defendeu o método das guerrilhas.

É importante também destacar uma outra circunstância muito importante, me parece, que embora o POR criticasse o foquismo, sabendo exatamente o seu vínculo com o castrismo, no momento em que o governo boliviano denunciou a existência da guerrilha em Ñancahuazú, onde estava Che Guevara – ele ainda era vivo – o POR boliviano fez uma declaração dizendo o seguinte: *“Primeiro. O movimento de guerra irregular não resolve por si só o problema número um do processo revolucionário, quer dizer, o problema da direção, e tampouco pode colocar-se à margem de evolução política do país. [...] Segundo. Neste momento de definições, o Partido Operário Revolucionário afirma publicamente que se solidariza e apoia o movimento armado que acaba de estourar – de acordo com informe oficiais – no sudeste do país. Assumimos esta postura sem considerar previamente sua força ou fraqueza, suas virtudes ou defeitos. Os guerrilheiros, mesmo com todas as limitações que possam ter, são parte da vanguarda armada do povo. Seus objetivos são a emancipação nacional e social etc...”*. Vejam que atitude diferente da de diversos dirigentes estalinistas que começaram a satanizar e a perseguir os foquistas,

porque havia um choque entre Castro e os estalinistas naquele momento. Depois, o Castro vai capitular.

Mas, eu queria pontuar, dentre os tantos aspectos que o POR Boliviano estudou sobre o foquismo, que é um dos aspectos mais ricos na elaboração programática: a questão da relação das “guerrilhas”, entre aspas, com o partido. Primeiro, o método das guerrilhas, o reconhecimento do método das guerrilhas como legítima expressão da luta dos explorados. Segundo, o foco não é a mesma coisa que as guerrilhas. Terceiro, o foco se propõe substituir o partido. Nas formulações do foquismo, os focos armados, as suas ações, são suficientes para criar o que chamam “condições subjetivas”. A ação militar cria as condições subjetivas. E Guillermo Lora completa: “desconsiderando o penoso trabalho de se tornar a direção das massas”, ou seja, agir como partido, “tendo de subordinar inevitavelmente sua atividade ao grau de evolução da consciência das massas”, o foquismo desconhece a necessidade histórica do partido e o contexto em que a vanguarda revolucionária sempre está atuando. Partir exatamente do nível em que se encontra a consciência da massa, é o método que somente o partido leninista pode encarnar. Concluindo que, portanto, “toda a formulação do foquismo é expressão do subjetivismo”.

Bom, o foquismo fracassou completamente em toda a parte. Os foquistas não somente foram derrotados, como degeneraram. Os degenerados viraram políticos da burguesia. José Dirceu, Dilma Rousseff, Fernando Gabeira, Aloysio Nunes, isso pra ficar aqui no Brasil. Mas é bom lembrar casos como os da Cristina Kirchner, Garcia Linera e companhia. Outros viraram bandidos. Viraram bandidos, partiram para a banditagem. Então, para os jovens, principalmente, que não viveram nesse período, acho importante o estudo das formulações do POR boliviano sobre o foquismo e a guerrilha. Aquilo que teve uma consequência desastrosa para uma parte da vanguarda permitiu ao POR boliviano desenvolver o seu programa.

Saudações aos 90 anos do POR!

Aplausos

A experiência parlamentar do Bloco Mineiro

Luiz Silva

Saudações Revolucionárias camaradas!

Vou falar sobre a constituição do Bloco Mineiro Parlamentar e as principais lições dessa importante intervenção do Partido Operário Revolucionário da Bolívia no Parlamento Burguês.

Os anos de 1946 a 1952, o chamado sexênio-rosquero, foi marcado por governos da oligarquia reacionária, apoiado pelos estalinistas contrarrevolucionários. O Bloco Mineiro Parlamentar foi constituído nas eleições de 1947 e formado pelo POR e pela FSTMB, a Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia. Esse bloco elegeu 10 deputados, entre eles Guillermo Lora.

O bloco mineiro parlamentar tinha como programa

as Teses de Pulacayo, que foi elaborada, defendida e aprovada no Congresso de Pulacayo em 1946, como já foi colocado pelos camaradas, e que caracteriza a Bolívia como um país de economia atrasada, desigual e combinada. As teses de Pulacayo afirmavam a incapacidade da burguesia nacional para desenvolver as forças produtivas e levar a cabo as tarefas democráticas pendentes. As teses de Pulacayo colocavam claramente que somente o proletariado, por meio de uma revolução proletária, constituindo o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado, poderia colocar fim à opressão nacional e social.

Guillermo Lora, como marxista, fez a intervenção no parlamento burguês como uma tribuna revolucionária para se dirigir aos explorados com a defesa da



revolução proletária. Guillermo Lora utilizou esse parlamento chamando as massas a não terem nenhuma ilusão nas eleições burguesas, a não terem nenhuma ilusão no parlamento burguês, chamando as massas a acreditarem em suas próprias forças, em seu método próprio de luta, que é a greve, a ação direta, a ocupação das minas, a insurreição armada das massas, a revolução proletária para destruir o Estado burguês e todas as suas instituições e pela constituição do governo operário camponês, a ditadura do proletariado.

O Bloco Mineiro Parlamentar, como já foi assinalado pelos companheiros, se constituiu no momento de ascenso da luta de classes, que vai de 1940 a 1952. Esse período foi marcado por uma grande repressão ao movimento mineiro, resultando no massacre de Catavi, onde o exército a mando do governo metralhou e assassinou os mineiros e suas famílias desarmados.

O levante das massas permitiu ao POR intervir no movimento mineiro, aprovar as Teses de Pulacayo e constituir o denominado Bloco Mineiro com um programa revolucionário para intervir no parlamento burguês. Lora levantou as consignas da independência de classe e a ocupação das minas. Em seguida, sobreveio outro massacre, para colocar fim ao levante, e passar à prisão dos deputados do Bloco Mineiro e exilá-los para o Chile.

No exílio, o Bloco Mineiro contou com o apoio das massas, que se colocaram contra a ditadura. Em resposta às perseguições e às prisões, o movimento mineiro se manteve em luta: convocaram-se assembleias, organizaram-se as ocupações das minas e chegou-se a tomar os funcionários do Estado como reféns. A revolta do proletariado mineiro foi contida com mais um massacre em 1948, chamado massacre de Catavi-SigloXX.

Foi um período de ascenso, onde as massas se colocaram contra toda a repressão e a perseguição ao Bloco Mineiro. É importante marcar que nessa intervenção, ao defender a política independente, Guillermo Lora foi exilado para o Chile. Em outubro de 1948, retornou através da Argentina para a Bolívia, ocupou seu posto no parlamento. A reação governamental o levou em seguida para a embaixada do Uruguai e, mais uma vez, foi exilado.

Todo esse processo de levante das massas, como já foi colocado pelos camaradas, vai culminar na Revolução de 1952. Mas, o que é importante também marcar nessa intervenção do Bloco Mineiro é a diferença entre uma intervenção revolucionária no parlamento burguês e a intervenção democrático-eleitoreira que fazem as esquerdas centristas. O que fizeram na Bolívia os centristas, o que hoje fazem os centristas, por exemplo, na Argentina, com a Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FIT)

Guillermo Lora no Bloco Mineiro, com seis meses de intervenção revolucionária, foi preso e expulso, porque defendeu a estratégia revolucionária, as reivindicações do proletariado, o método da ação direta, a destruição do Estado burguês, aplicando a tática elaborada por Lênin e materializada pelo partido bolchevique. É dessa forma que os revolucioná-

rios intervêm nas eleições e no parlamento burguês. E temos uma experiência que mostra o oposto de uma intervenção revolucionária, como fizeram Lora e os bolcheviques: trata-se como apontamos anteriormente da intervenção que faz a FIT na Argentina.

A FIT já está há mais de dez anos com cinco deputados eleitos. Não defendem o método da ação direta, a ocupação de fábricas, a estatização sem indenização e o controle operário da produção e a tomada do poder por meio da revolução proletária. Os centristas do FIT se limitam a enviar projetos de lei sobre o aumento de salário, empregos e demais reivindicações das massas ao parlamento burguês. Iludem as massas com o legalismo e formalismo de que por meio do parlamento burguês, pela via democrática, será possível conquistar as reivindicações fundamentais dos explorados. Está aí um exemplo claro do que é o centrismo, do que foi o partido nacionalista na Bolívia, com o MNR, e todos os oportunistas de esquerda que faziam parte do parlamento burguês e que se opunham à estratégia revolucionária de destruição do Estado burguês.

Na Argentina, os centristas estão há mais de dez anos sobrevivendo das migalhas do Estado. Porque sua estratégia não é a de destruir o Estado, e sim, de administrar o Estado burguês. O centrismo conclui como reformista burguês e defensores da propriedade privada. Os centristas e reformistas, com a tática democrático-burguesa, permitem que as tendências fascizantes avancem na Argentina, no Brasil e no mundo, como está acontecendo. As massas padecendo da crise de direção, da ausência de um partido revolucionário, inserido no seio do movimento operário, sentem as dificuldades de combater as tendências fascizantes e parte delas são arrastadas porque não veem os perigos da ditadura de classe da burguesia. Miley, na Argentina, é um exemplo disso; Bolsonaro, no Brasil, e o Trump, nos Estados Unidos, são outros.

Uma conclusão importante da intervenção do marxismo-leninismo-trotskismo no Bloco Mineiro é a de que o POR é continuidade do programa do Partido Bolchevique, do Programa de Transição da IV Internacional e dos Quatro Primeiros Congressos da III internacional. Isso porque aplicou e aplica esse programa na Bolívia atrasada. Essa conclusão é importante, porque o POR da Bolívia não é só herdeiro das tradições programáticas e revolucionárias do Partido Bolchevique, mas também porque encarna a sua continuidade. Por isso, camaradas, estamos aqui celebrando os 90 anos do POR da Bolívia. Assim como o POR boliviano, as seções do Brasil, da Argentina e do Chile, organizadas e centralizadas pelo CERQUI, são a continuidade dessa tradição, desse programa e dessa estratégia revolucionária que guiam a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Por isso, camaradas, o Lora, como foi colocado, a história do Partido Operário Revolucionário na Bolívia, é a história dessa luta política contra o nacionalismo do MNR, contra o estalinismo e contra todos os revisionistas. Por isso, Guillermo Lora deve ter seu nome, como está aqui nesta bandeira (Luiz aponta



para a bandeira ao seu lado), colocado ao lado dos grandes revolucionários, como Marx, Lênin e Trotsky. Porque Lora compreendeu - um jovem de 20 anos, proveniente da pequena burguesia - a tese marxista de que a classe operária é a classe revolucionária que destruirá o capitalismo e erguerá a sociedade sem classes, o comunismo. Lora aplicou essa noção histórica na Bolívia, quando, aos 20 anos, juntamente com a sua célula, perseguidos pela polícia, se refugiaram nas minas. E, nas minas, entendendo que a classe operária é a classe revolucionária, organizou a inserção e a projeção do programa revolucionário do POR no movimento mineiro, que nos permite hoje levantar e dar continuidade a todo seu legado. Portanto, camaradas, essa é uma particularidade que coloca o dirigente Lora entre os grandes revolucionários. Entender como fez Lora, que a classe operária é a classe revolucionária, deve servir a todas as seções, a todo revolucionário, a toda militância que vem da pequena-burguesia, pois nos coloca a tarefa de ganhar a classe operária para o Partido Operário Revolucionário.

Em plena ditadura, perseguido, Lora foi para as minas e deu continuidade à inserção do programa revolucionário no movimento mineiro. Aqueles que não foram, que eram maioria na direção do partido, como ele mesmo declarou, a maioria do partido naquele momento era conformada de estudantes e intelectuais, que não estavam preocupados em organizar a classe operária, porque não orientavam a célula de Lora que estava nas minas. Viviam nos cafés, filosofando. E por isso, não é nenhuma novidade que essa maioria tenha capitulado frente ao MNR, e o Lora

tenha dado a luta política para combater o MNR e todos os centristas, pablistas, morenistas e demais revisionistas que hoje acusam o POR de ter traído a Revolução de 1952.

Por tanto, camaradas, os 90 anos do POR da Bolívia não pode ser simbólico. Não podemos apenas exaltar sua tradição e legado. Devemos continuar levantando bem alto e dando continuidade a seu programarevolucionário, que é um exemplo de continuidade do marxismo-leninismo-trotskyismo. E nós, como todas as seções, devemos continuar fortalecendo o trabalho para ganhar a classe operária para o partido. Na Bolívia, havia o setor dos mineiros. No Brasil, nós temos vários setores da classe operária. Temos metalúrgicos, petroleiros, químicos, borracheiros e muitos outros. A única forma de construir as células operárias é continuar avançando e sendo ofensivo com o trabalho no seio do movimento operário. Esta é uma lição fundamental deixada por Guillermo Lora e pelo POR Boliviano.

Camaradas, para concluir, reivindicamos a militância e toda a tradição revolucionária e programática do POR boliviano. Camaradas, quero chamar todos a dar viva aos 90 anos de luta do POR da Bolívia.

Viva o Partido Operário Revolucionário da Bolívia! Viva! Viva o Partido Mundial da Revolução Socialista! Viva! Morte ao capitalismo! Morte! Viva o comunismo! Viva! Guillermo Lora, presente! Isaac Camacho, presente! César Lora, Presente! Miguel Lora presente! Presente!

Salva de palmas

O POR boliviano explicou a restauração capitalista

Rafael Souza

Camaradas, fiquei encarregado de fazer uma exposição sobre o processo de restauração capitalista. Fiz aqui alguns pontos e acho que uma questão preliminar que se coloca é a seguinte, é que a dissolução da União Soviética em 1991 e a queda dos estados operários do leste europeu, foram a grande tragédia do movimento operário internacional, superando, inclusive, a dissolução da terceira internacional. Porque se trata aí da quebra das revoluções e da derrota das conquistas históricas do proletariado arrancadas por meio da Revolução Proletária.

E vale também fazer a seguinte consideração, que esse processo ocorre há aproximadamente três décadas e meia atrás. E é o período, vejam, em que o POR brasileiro estava se formando. O POR vai se formar em 1989. E, portanto, o próprio Comitê de Enlace não existia ainda, como a gente o conhece hoje. Estava lá dando os seus primeiros passos. Então, coube ao POR boliviano praticamente elaborar as principais formulações sobre a restauração capitalista.

Vejam, a posição do POR boliviano não é uma posição distinta da posição da Quarta Internacional e do trotskismo. Porque o POR boliviano permaneceu fiel ao Programa de Transição. Então, a primeira formulação, que é a que aparece no programa de transi-

ção, ela é assimilada pelo POR boliviano. O que é que diz essa formulação do programa de transição que todos conhecem? Estabelece a caracterização de que a União Soviética saiu da Revolução de Outubro como um Estado operário. A nacionalização das terras, o monopólio do comércio exterior, a planificação econômica estabelecera ali um Estado operário. Porém, a burocracia soviética usurpa o poder da classe operária e ela passa a ter interesses próprios de casta. Ela se torna estranha ao proletariado e passa a refletir os interesses de outras classes sociais. Então a União Soviética sai da Revolução como Estado Operário Degenerado, a partir da estalinização do Estado Operário.

Qual era o prognóstico político que o programa de transição fazia? Era de que ou a classe operária constituía um partido próprio, realizava uma revolução política, derrubava a burocracia e abria caminho novamente para a transição ao socialismo ou esta burocracia iria se transformando cada vez mais, porque ela já era, ela iria se transformando cada vez mais no órgão do imperialismo, da burguesia mundial, ela iria destruir as conquistas da Revolução Russa, iria lançar a União Soviética de volta ao capitalismo.

Vejam que esta tese do programa de transição, ela se confirmou de alto abaixo. E foi agarrando-se nessa



tese que o POR boliviano fez e faz as suas elaborações. A principal delas vai ser um material que o Lora redige ali no final dos anos 80, e que se chama A Contra-Revolucionária Perestroika. E falar da perestroika é extremamente importante porque, vejam, Por mais que o Deng Xiaoping, lá na China, de 79, tenha começado ele a falar sobre socialismo com características de mercado lá na China, foi a perestroika do Gorbachov, em 85, 86, que acabou sendo a grande referência internacional. Primeiro para os estados do leste, em seguida inclusive para Cuba, Angola e etc., vai servir a perestroika.

Então o Guillermo Lora vai analisar a perestroika e vai colocar o seguinte, ele vai colocar que essa perestroika ela não é um raio em céu azul, ela não caiu do céu, ela foi preparada por todo um processo anterior, e esse processo anterior nós conhecemos. A política estalinista contrarrevolucionária do socialismo em um só país, por mais que a princípio tivesse impulsionado as forças produtivas no interior da União Soviética, levou a um bloqueio destas mesmas forças produtivas, que vão se chocar, em primeiro lugar, com as fronteiras nacionais. Ou seja, a ausência da Revolução Mundial, a limitação dessas forças produtivas, ao que a União Soviética havia conquistado, vão se transformar num primeiro choque. O segundo choque dessas forças produtivas vai se dar com os métodos de gestão burocráticos. Então, essas forças produtivas começam a regredir. E é aí que aparece uma fração da burocracia soviética que vai propor medidas econômicas que vão estar ali plasmadas na glasnost e na perestroika, principalmente na perestroika, que é uma palavra russa que significa reestruturação econômica.

Portanto, você tem todo um plano de privatizações, de abertura econômica, de permissão que o capital financeiro voltasse a se implantar na União Soviética, de desmonte do monopólio do comércio exterior, desmonte da Glasnost, portanto, da economia planificada. Tudo isso vai estar colocado na Glasnost. E o Guillermo Lora, no seu livro, analisa isso com muita propriedade. Explicando o seguinte, que a glasnost vai ser o caminho por onde vai se trilhar a restauração capitalista na União Soviética. E nisso Guillermo Lora entra em colisão, o POR boliviano entra em conflito, obviamente, como não poderia deixar de ser, com os revisionistas do trotskismo. Porque o Mandel, no mesmo período, Ernest Mandel, que foi um dirigente importante da Quarta Internacional e que era um dirigente da ala do revisionismo. A corrente do Mandel aqui no Brasil ficou muito conhecida e representada pela DS, a Democracia Socialista do PT. O Ernest Mandel dizia o seguinte, ele dizia que a fração Gorbachov, com a sua glasnost e a sua

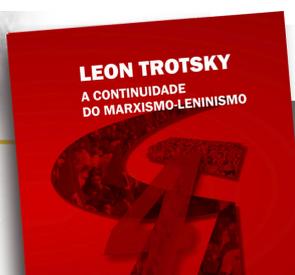
perestroika, elas na verdade constituíam uma autor-reforma da burocracia. Portanto, vejam como Mandel se distancia, portanto, da Revolução Política. Ele vai acreditar que a Revolução Política e a intervenção da classe operária não são necessárias. A própria burocracia encontrou um caminho de se auto-regenerar. Isso é o significado da glasnost e da perestroika para o Mandel. Por outro lado, temos os morenistas. O que é que os morenistas dizem? Aliás, o que é que eles vão dizer? Os morenistas vão dizer que a União Soviética já era capitalista. Eles escrevem isso. Já era capitalista no período de ascensão do Gorbachov. A ascensão do Gorbachov é a culminância da restauração capitalista. E o que eles vão dizer mais? Eles vão dizer que a queda da União Soviética foi progressista. Eles vão saudar como progressista a queda das repúblicas do leste europeu. Porque o stalinismo assim, segundo a avaliação do morenismo, o stalinismo estaria privado de aparatos contra-revolucionários. Então vejam o quão distante se encontra o POR boliviano das correntes revisionistas.

Portanto, diante do choque das alas burocráticas, havia a chamada linha dura, que era uma ala que, vamos deixar claro, não é que ela se opunha à restauração capitalista. Na verdade, as duas alas que entravam em conflito era, na verdade, uma ala que queria uma restauração capitalista de modo muito gradual, muito controlado. Havia uma outra ala que defendia a ideia de terapia de choque, de uma transição rápida e radical para o capitalismo. E havia a ala Gorbachov, que oscilava entre as duas. O que o Guillermo Lora defendia nos seus escritos sobre a perestroika? Ele dizia que a classe operária russa não tinha que seguir nenhuma destas frações. Tinha que levantar o programa da Quarta Internacional, tinha que levantar o programa da Revolução Política. E o que é que os fatos nos mostraram? Os levantes de massa na Polônia, os levantes de massa na Romênia, foi um dos últimos estados a cair, levantes de massa, que se enfrentaram com enfrentamentos sangrentos, eles mostraram que era possível a Revolução Política se houvesse seções da Quarta Internacional constituídas nesses Estados. Então, a conclusão que a gente tira é de que o acerto do POR boliviano, o acerto dos escritos do Lora, só foi possível porque se manteve fiel ao Programa de Transição. Segundo lugar, é que esses escritos do Lora e o próprio Programa de Transição, eles confirmam pela negativa a validade das teses que estavam ali contidas. Que se um Estado operário se constitui, se permanece isolado, e se ele atravessa uma espiral de burocratização, a classe operária vai ter que pagar o preço de uma segunda revolução que é a revolução política. Não tem outra perspectiva.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato*.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Brasil: Pontos sobre a situação nacional

1. O governo de frente ampla de Lula, desde a sua formação em janeiro de 2023, refletiu a incapacidade do PT e de seus aliados à esquerda em centralizar o poder do Estado e estabelecer uma diretriz econômica que resguardasse minimamente o velho nacional reformismo. Ao se apoiar em partidos de centro-direita – PSD, PP, MDB, União Brasil etc. -, renunciou ao embate que inevitavelmente teria com o capital financeiro, a oligarquia agrária e os setores das multinacionais. Nesses dois anos e meio de governo, poucos momentos foram de respiro. Passadas as negociatas em torno à reforma tributária, aprovada em dezembro de 2023, esgotou a tentativa de superar a polarização eleitoral, cuja vitória de Lula significou um revés à ultradireita chefiada por Bolsonaro e aliados de direita.

2. Lula tomou posse em uma situação política conflagrada pela resistência de Bolsonaro, gerais, lideranças partidárias e empresariais. Fracassou a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, mas permaneceu os gérmenes da polarização. O Congresso Nacional, controlado pelos partidos de centro direita e ultradireita, se impôs diante do novo governo, tornando-o um refém. Os partidos que passaram a compor o governo de frente ampla, responsabilizando-se por vários ministérios, não precisaram se sujeitar à centralização. Utilizaram-se e utilizam-se dos ministérios para potenciar sua política opositora desde o interior do governo. E, no Congresso Nacional, ficaram com as mãos livres para golpear os decretos presidenciais e condicionarem qualquer medida governamental.

3. Lula, para manter o fraudulento governo de frente ampla, se viu obrigado a garantir e ampliar o sistema de emendas parlamentares. A execução desse instrumento se tornou obrigatória em 2015, sob o governo de Dilma Rousseff, PT. O que indicou a fragilidade do governo petista. Em 2019, no governo Bolsonaro, se expandiu as emendas parlamentares, instituindo as emendas do relator. Montou-se o denominado “Orçamento Secreto”, de forma que os bilhões de reais pudessem ser manejados sem nenhum controle pelo Executivo. Embora condenado por uma fração da própria burguesia, o máximo que se fez foi obter alguma “transparência”, regulamentada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). As emendas parlamentares deram maior poder ainda ao Congresso oligárquico, aumentando o seu valor na Lei Orçamentária Anual (LOA). O manejo de uma parte do orçamento pela camarilha partidária reduziu a capacidade dos ministérios, que já era pequena diante do Orçamento da União comprometido com o pagamento dos juros e amortizações da gigantesca dívida pública.

4. A divisão interburguesa que emerge na forma de choque entre os três poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário – se agrava quando se trata do Orçamento da União, que tem em seu centro a dívida bruta que se aproxima de 80% do PIB. Todas as frações e todos os governantes estão de acordo com a orientação de que se deve proteger os seus

credores. Divergem tão somente quanto à obtenção de recursos. O Brasil ostenta uma carga tributária extremamente elevada em comparação aos países de economia atrasada e semicoloniais. Embora os capitalistas descarreguem os tributos sobre a maioria oprimida, reagem duramente quando o governo tenta aumentar a sua carga. O governo Lula se torna cada vez mais instável ao reconhecer o caráter regressivo dos impostos e admitir que a minoria burguesa que concentra em seu poder a maior parte da riqueza do país deveria contribuir para diminuir o desequilíbrio e estabilizar o curso da dívida pública. Os opositores mais reacionários dizem que isso significa colocar os pobres contra os ricos e alimentar a luta de classes. Na realidade, Lula faz o contrário, busca a conciliação de classes que resulta em proteção da minoria exploradora contra a maioria explorada.

5. O déficit orçamentário e a projeção da dívida pública têm recrudescido, desde a recessão de 2016. As oscilações não impediram que a curva ascendente predominasse. O governo Bolsonaro, que se caracterizou por apregoar a disciplina fiscal, deixou um rombo no déficit primário. Lula herdou também a Lei de Responsabilidade Fiscal e a do Teto de Gastos. Ao iniciar seu governo, teve de fazer um acordo com o Congresso Nacional que estabeleceu o Arcabouço Fiscal, que responde à Lei de Responsabilidade Fiscal herdada do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. A economia que havia despencado no período da pandemia, 2020-2021, se reanimou e possibilitou a elevação da arrecadação tributária, tanto pelo governo federal, quanto pelos governos estaduais e municipais. O que deu uma folga ao governo Lula para sustentar em parte os programas sociais, como o Bolsa Família etc., e criar outros como o “Pé de Meia”, voltado a amenizar a evasão escolar. Foi obrigado, no entanto, a conter o aumento real do salário mínimo. E resistiu às pressões para que quebrasse o Benefício de Progressão Continuada, que auxilia as famílias completamente desprotegidas. O governo atendeu em parte a essas pressões, mas não passou de um pinga no oceano diante do parasitismo da dívida pública.

6. Em junho, eclodiu o conflito que havia sido adiado no início do governo. A contabilidade das contas públicas indicou que o Arcabouço Fiscal estava ameaçado de rompimento. A dívida pública voltou a crescer com a elevação da taxa Selic, que chegou a 15% anual, ou seja, ao nível mais alto desde 2006. De nada adiantou Lula nomear à presidência do Banco Central, Gabriel Galípolo, um economista de sua confiança. A inflação ascendente é atribuída ao excesso de consumo e ao crescimento dos gastos governamentais. Evidentemente, os responsáveis pela política monetária ocultam a combinação de fatores que produzem a elevação dos preços, a exemplo da magnitude das exportações de commodities e do parasitismo financeiro. Uma parcela dos capitalistas reclama que a Selic alta prejudica seus negócios, mas não toca na causa primária que é a pesada



massa do endividamento público. A outra parcela reage acusando os gastos governamentais pelo aumento da carga de juros. E o governo Lula responde que o maior peso tributário recai sobre os pobres. A solução, portanto, estaria em aumentar os impostos dos mais ricos. A grita geral da burguesia, que ecoa no Congresso Nacional, é que a carga tributária consome 32,3% do PIB, a mais alta em duas décadas e meia. Logo a resolução do problema da dívida pública e do déficit está nos cortes orçamentários. Ocorre que os cortes exigidos atingem os programas sociais do governo e a massa do funcionalismo, que não faz parte da oligarquia que recebe salários estratosféricos e gastam altas somas com a máquina administrativa, como é o caso do próprio Congresso Nacional, do Judiciário e das Forças Armadas.

7. O enfrentamento mais recente entre o Executivo e o Legislativo ocorreu com a decisão da Câmara de Deputados e Senado de derrubar o decreto do Executivo que aumentava o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A derrota de Lula foi esmagadora, 383 contra e 98 favoráveis ao governo. Venceram os banqueiros e especuladores. O IOF foi apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como a tábua de salvação provisória para o fechamento das contas governamentais. Segundo informação, desde 1992, é a primeira vez que os parlamentares derrubam um decreto presidencial. A confrontação, finalmente, foi parar no STF, que deve decidir pela legalidade ou ilegalidade da derrubada do decreto. Não se sabe ainda qual será a solução. Espera-se que o STF arbitre uma negociata. O fundamental está em que no final das contas a sustentação do polvo da dívida pública continuará sendo imposta à classe operária e aos demais explorados.

8. A crise política se manifesta e se desenvolve no interior do Estado e das forças políticas burguesas. O proletariado e os demais oprimidos não têm interferido absolutamente em nada. Nem mesmo se esboçou uma resistência sindical e popular. As organizações dos assalariados e dos camponeses pobres se encontram atadas ao governo Lula, ao PT e aos seus aliados pequeno-burgueses de esquerda. As correntes que se reivindicam do socialismo e que poderiam servir de canal para a contestação e luta contra as medidas antinacionais e antipopulares votaram, ou no primeiro, ou no segundo turno, na candidatura de Lula, sob a justificativa de derrotar a ultradireita. Dessa forma, se responsabilizaram, em certa medida, pela formação do governo burguês de frente ampla. O máximo que podem fazer agora é criticar demagogicamente a política econômica que protege, em última instância, o capital financeiro, a oligarquia agroindustrial e as multinacionais. Nas eleições, ficou claro que Lula nada faria para revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, como as trabalhista e previdenciária. E não atacaria os parasitas da dívida pública. A confluência das forças de esquerda e pseudo esquerda nas eleições presidenciais para eleger Lula é expressão histórica da falência das várias correntes que se negaram a constituir o programa da revolução social.

9. No marco dos conflitos referentes aos impasses

econômicos, destaca-se o processo no STF que julga a conspiração de Bolsonaro e aliados para impedir a posse de Lula e se manter no poder por meio de um golpe de Estado. O julgamento e prisão de mais de uma centena de manifestantes que invadiram a Praça dos Três Poderes aplainou a segunda etapa que alcança a cúpula dirigente. A prisão antecipada do general e candidato à vice-presidência na chapa de Bolsonaro, Braga Netto, indicou a possibilidade de outras personalidades e do próprio ex-presidente da República terem o mesmo destino. A ultradireita esboçou uma reação em busca de apoio popular. No entanto, não tem conseguido encurralar o STF. Esses episódios foram negativos para a ultradireita bolsonarista-oligárquica-evangélica, mas não demoveu as tendências ultradireitas e direitistas em retomar o poder do Estado em 2026. A imprensa propagandeia a queda da popularidade de Lula e incentiva a unidade da oposição. A questão do IOF ganhou projeção graças à movimentação unitária dessa fração burguesa dominante. Se se mantém aberta a disputa eleitoral antecipada, é de se esperar o agravamento ainda maior da crise política.

10. Os acontecimentos internacionais vêm impactando fortemente o conflito interburguês interno. A burguesia brasileira se forjou amplamente sob o domínio dos Estados Unidos. O descenso norte-americano e a ascensão da China, nas duas últimas décadas, provocaram um realinhamento econômico mundial, que ainda está em andamento. O Brasil, ao se tornar um grande exportador de commodities, verificou que sua alavancagem se deu devido às necessidades da China. Não se trata, evidentemente, de uma vantagem puramente brasileira. A China ampliou seu raio comercial a todos os continentes. Criou laços de interdependência, que até então eram determinados pelos Estados Unidos. Lula levou o Brasil a se integrar no BRICS, não porque é um governo que tem por lastro histórico o nacional-reformismo, mas fundamentalmente porque o crescimento da economia brasileira passou a depender da projeção chinesa.

11. A eleição do republicano Trump ampliou e aprofundou as dissensões internacionais, movidas pela guerra comercial e pela corrida armamentista. A burguesia exige que Lula conduza o Brasil pela via da neutralidade. O que é impossível. De maneira que Lula necessita da aproximação com a China e da participação no BRICS, sem, contudo, se chocar com os Estados Unidos. Trata-se de uma posição débil nas condições em que poderosas forças mundiais econômicas, políticas e militares estão em choque. Prova disso, são os protestos verbais de Lula contra o genocídio na Palestina, o ataque de Israel e Estados Unidos ao Irã e o apoio genérico ao aceno de um acordo de paz na Ucrânia feito por Trump. O Brasil navega em um mar revolto sem uma política que expresse a independência e a soberania nacionais.

12. A ausência de um partido revolucionário, amplamente organizado no interior da classe operária e capacitado a influenciar a classe média urbana e o campesinato empobrecidos, explica por que as massas não se manifestam contra as ações do grande ca-

pital, os imperativos da direita e ultradireita burguesas, bem como não enfrentam o governo burguês de Lula, pondo em pé uma oposição revolucionária. O descontentamento nas fábricas e nos demais locais de trabalho é visível. O que acaba por ser canalizado eleitoralmente pela própria ultradireita. A política de conciliação e traição às greves pelas direções sindicais é identificada pelos trabalhadores como de responsabilidade das direções que sustentam o governo burguês de Lula e que são incapazes de combater a via econômica da oposição direitista e ultradireitista. Recentemente, veio à tona o escândalo de corrupção do INSS, envolvendo importantes sindicatos vinculados ao PT e partidos aliados. O que aumenta a desconfiança dos trabalhadores em seus sindicatos, uma vez que com a despolitização não têm como separar a organização classista das direções aburguesadas.

13. A tendência da crise é de retorno à estagnação e o descenso da economia. A fase de diminuição da taxa de desemprego não tem vida longa. Tudo indica que a volta das demissões e o avanço da terceirização e da informalidade atingirão mais amplamente a classe operária e os demais assalariados. Sem que o governo intervenha contra o parasitismo da dívida pública, o grande capital acabará por impulsionar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Os próximos passos são os da reforma administrativa, nova reforma da Previdência, desvinculação do salário mínimo dos benefícios sociais e cortes de direitos. O fundamento de que a crise econômica tem de necessariamente ser descarregada sobre a força de trabalho é uma lei de funcionamento do capitalismo. Se o governo Lula não conseguir aplicá-la na sua íntegra, terá de ceder lugar à oposição de direita e ultradireita.

14. O fato dos sindicatos e movimentos populares abandonarem e bloquearem a ação direta da classe operária e dos demais trabalhadores – e assim se negarem a levantar as reivindicações dos explorados – impossibilitou a unidade em torno a um programa próprio. Os reformistas e conciliadores incentivam a maioria oprimida a confiar e a aguardar as medidas “populares” do governo Lula. Aproveitam os ataques da direita e ultradireita para alimentar a ilusão em torno à democracia burguesa e às disputas eleitorais. Acobertam o caráter oligárquico do governo de frente ampla. É nesse terreno que a vanguarda com consciência de classe trava o combate pela organização independente da classe operária diante do Estado e dos governos burgueses. O trabalho voltado a que os trabalhadores se unifiquem sobre a base de um programa próprio e contraposto às ações da burguesia e seus governos é a via para emancipar os sindicatos, varrer a burocracia traidora e elevar a consciência de classe no processo de luta. A bandeira de Oposição Revolucionária ao governo Lula distingue a política classista da política colaboracionista.

15. A massa de assalariados está diante das seguintes necessidades em escala nacional: a) defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas; b) derrubada das contrarreformas trabalhista, previdenciária e das leis que regulamentam a superexploração da força de trabalho, como a terceirização, contratos temporários e pejetização; c) enfrentamento à precarização dos serviços públicos, como saúde e educação; d) combate às condições de miserabilidade das favelas, solução aos milhares de sem-teto e moradores de rua; e) entrega das terras aos camponeses pobres e atendimento imediato das reivindicações dos povos indígenas. Esse programa de reivindicações básicas une a classe operária e a maioria oprimida contra a exploração capitalista, as medidas antinacionais e antipopulares dos governos e a pobreza, miséria e fome. Choca-se com a grande propriedade privada dos meios de produção e a ditadura de classe da burguesia exercida pelo Estado. Confronta-se com a dominação imperialista sobre o país. Coloca nas mãos da classe operária e dos demais trabalhadores todas as soluções progressivas de proteção à maioria oprimida.

16. As contrarreformas e medidas como IOF não resolvem e nem atenuam a crise econômica do capitalismo em decomposição. Ao contrário, acabam por agravá-la, uma vez que sacrificam a força de trabalho e empurram uma maior parcela da população à miséria. Servem à maior concentração de riqueza e propriedade, de forma que favorecem à escalada do parasitismo financeiro. Os explorados estão obrigados a combatê-las de conjunto, levantando e movimentando-se coletivamente em torno ao seu programa próprio. Emergem da situação econômica e da polarização entre as classes as bandeiras: redução da jornada sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho), salário mínimo vital, ocupação das fábricas diante das demissões em massa, estatização das fábricas fechadas, controle operário da produção, não pagamento da dívida pública, contra as privatizações e total proteção aos miseráveis e famintos.

17. O programa elementar de reivindicações é o ponto de partida para a maioria oprimida confluir seus instintos de revolta com o programa da revolução social. Em sua essência, trata-se da derrubada do poder da burguesia, da expropriação do grande capital e da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. O desenvolvimento da luta de classes assinalará o caminho das estatizações, a começar pelo capital financeiro. É nessa marcha ascendente, partindo das reivindicações básicas, que a classe operária pode assumir a direção da maioria oprimida no sentido da constituição da aliança operária e camponesa e da estratégia de um governo operário e camponês. Essa linha é expressão das conquistas e das experiências programáticas do proletariado mundial.



Bolívia: O esgotamento definitivo do MAS

1. A caracterização feita pelo POR desse fenômeno político e suas perspectivas de passagem pelo poder político foi plenamente confirmada.

O MAS apareceu como um movimento de plantadores de coca que, a princípio, suportou a dura repressão dos chamados governos neoliberais que, por mandato do imperialismo, executaram uma dura política de erradicação forçada da folha de coca. Desde suas origens, se organizou e mobilizou financiado por organizações não-governamentais (ONGs) que atuaram como correias de transmissão das construções teóricas reacionárias do capitalismo decadente, com o objetivo de negar a luta de classes e a opressão do imperialismo sobre os países periféricos atrasados e de economia combinada. No final da última década do século passado, seguindo a tendência democratizante dominante da época que acabou arrastando a esquerda reformista e o movimento operário, esforçou-se por se organizar como uma alternativa eleitoral diferente da direita tradicional e do gorilismo, e surgiu sob o nome de Movimento ao Socialismo, sigla MAS alugada de uma das frações da Falange Socialista Boliviana (FSB) de extrema-direita.

No momento de grande confusão política, em que se buscava avidamente uma alternativa política que pudesse oferecer ao país um novo Estado democrático, participativo e aberto às grandes massas oprimidas, é quando cresce a ilusão em um governo chefiado por um indígena de poncho e chinelo que melhor encarnaria as aspirações dos “pobres”. O POR, partindo dos fundamentos teóricos do programa caracterizou com precisão o MAS como uma nova expressão política que incorporava os interesses dos pequenos proprietários de terras, que são os plantadores de coca. Ressaltou que, se chegasse ao poder como uma corrente estranha ao movimento operário, estava condenado a desenvolver uma política burguesa com a perspectiva de converter a pequena propriedade em grande propriedade privada dos meios de produção; Tentativa que inevitavelmente fracassará porque, a esta altura do desenvolvimento do capitalismo, em sua fase imperialista, sustenta sua existência na exploração e pilhagem dos países pobres de economia combinada, torna-se um obstáculo ao desenvolvimento capitalista do país. Assinalou também que, se chegar ao poder, repetirá a experiência do nacionalismo definitivamente superada na Bolívia.

Além disso, o POR prognosticou que o MAS no poder acabaria como um governo servil e submisso ao imperialismo, colocando os recursos naturais do país em leilão e, como todos os governos da política burguesa decadente, transformaria o Estado em butim de guerra para satisfazer os apetites e as aspirações políticas dos aliados oportunistas; concluiria enlameado na poça da corrupção, assim como os governos burgueses, tanto democráticos quanto ditatoriais.

Nesta altura dos acontecimentos, podemos constatar que o Partido não se equivocou em absolutamente nada. Sua caracterização do MAS e o que ele



fez durante 18 anos de exercício do poder político foi plenamente confirmada. Fracassou na tentativa de estruturar um novo Estado democrático e inclusivo no quadro do respeito a todas as formas de propriedade existentes no país, dada a sua condição de país capitalista atrasado (os restos da propriedade comunitária primitiva, a pequena propriedade privada dominante tanto no campo como na cidade, a propriedade estatal, a deformada propriedade cooperativa e a grande propriedade privada capitalista nas mãos da burguesia nativa e das multinacionais imperialistas), quando a realidade confirma que essas formas de propriedade estão em permanente contradição, sobrevivendo umas à custa da destruição das outras, e onde a grande propriedade privada capitalista acaba subordinando todos os restos do pré-capitalismo. Fracassou na tentativa de substituir a existência de classes sociais opressoras, oprimidas e exploradas por culturas que supostamente se relacionam entre si em uma idílica convivência complementar; também fracassou na tentativa de negar a luta das nações oprimidas contra o imperialismo, quando este é forçado a sobreviver assaltando os recursos naturais dos primeiros, descarregando as consequências de suas crises cíclicas nas costas delas.

A Constituição Política do Estado Plurinacional, a criatura mais preciosa do MAS, parte de bases e fundamentos subjetivos e reacionários e em sua aplicação chocou-se com a realidade deste país de modo que falhou em todas as reformas que tentou realizar na estrutura econômica, nas relações sociais e culturais, na justiça e na educação. Limitou-se a substituir a realidade por símbolos, por exemplo, em um parlamento enfeitado com trajes indígenas, para mostrar que na Bolívia os camponeses são os principais atores que participam das decisões mais importantes do Estado, quando, de fato, os oprimidos da agricultura continuam lutando em meio ao atraso e à miséria terrível.

Os governos do MAS vão entrar para a história como os mais servis ao imperialismo por terem entregado os recursos naturais às multinacionais sem limites nem medidas, como governos pró-burgueses porque criaram todas as facilidades econômicas e legais para que a empresa privada nativa possa se consolidar e se tornar um exportador direto de seus

produtos; num governo antioperário porque está condenando os trabalhadores a uma miséria maior e destruindo suas conquistas sociais, e antipopular porque submete os setores oprimidos a condições de vida deploráveis, tudo para beneficiar as castas poderosas e o imperialismo.

2. A crise interna do MAS que desemboca na sua morte política

Como já apontamos acima, o MAS nasceu sem um programa que servisse de argamassa na consolidação de sua estrutura organizacional. O caudilho preenche esse vazio, com todos os seus traços positivos e seus grandes defeitos que todo indivíduo carrega como consequência de sua origem de classe. Evo Morales que, a princípio, apareceu como um humilde líder de sua classe, com o passar dos anos no exercício do poder e estimulado pelo comportamento bajulador dos oportunistas da classe média que espalham a ideia de que ele é um grande estadista e que está na mesma altura dos governantes do continente e do mundo, se converte num tirânico e arrogante caudilho que não suporta a presença de outros que o ofusquem.

Desde o início, as diferenças entre Morales e seus oponentes não giravam em torno de ideias políticas, porque não há um ponto de referência que seja o programa; pelo contrário, ocorrem em torno do controle total ou parcial do Estado, empurrado por essa tendência ao repartição de cargos que os caudilhos menores fazem aparecer como aspirações de seus setores e regiões; por exemplo, os líderes de El Alto que se consideram sustentáculos do Estado Plurinacional, organizam e mobilizam seus habitantes por meio de determinados ministérios que acreditam corresponder-lhes por direito natural, da mesma forma que os caciques de uma comarca também reivindicam o direito de sua região participar do poder central, do legislativo, etc. Dessa forma, caudilhos e caciques encobrem suas ambições pessoais sob o suposto “direito de suas regiões” e as usam como fator de pressão para chegar ao poder.

Dessa forma, as crises internas do MAS, longe de levar ao fortalecimento ideológico do Partido e ao surgimento de novos militantes, carregam em suas entranhas o vírus da autodestruição. Fatalmente, os insatisfeitos com o tamanho miserável do bolo ou com o comportamento despótico do caudilho, vão para a fratura interna, gerando uma guerra fratricida que leva à ruptura oficial do Partido. Estamos vivendo esse momento de crise interna do MAS, a ruptura é irreversível apesar dos esforços feitos pelos governos reformistas do continente no sentido de conseguir uma reunificação para garantir a vitória nas próximas eleições.

3. O fracasso do MAS é uma nova constatação da incapacidade burguesa de tirar o país do atraso e da miséria; incapacidade que se traduz em ine-

ficiência, impostura, corrupção e entreguismo de seus governos.

As massas exploradas e oprimidas já viveram as experiências do fracasso do nacionalismo, do neoliberalismo e agora do MAS. É a constatação de que, para acabar com o atraso, a miséria e a opressão imperialista que nos oprimem, é necessário retomar as bandeiras da luta pela revolução social.

Da Tese de Pulacayo de 1946 à Assembleia Popular de 1971, a luta dos explorados se desenvolveu em torno da luta classista dos operários e camponeses, sob a perspectiva proletária do socialismo.

O golpe preventivo de Banzer promovido pelo imperialismo produziu um retrocesso político na classe operária que foi capturada pela formulação da esquerda reformista no sentido de que a forma de impedir o advento de ditaduras militares era a construção de uma sólida democracia burguesa. Uma perspectiva utópica porque a democracia burguesa formal (uma forma hipócrita de ditadura burguesa) não pode realizar-se nas condições de atraso e miséria generalizada em um país capitalista atrasado como a Bolívia. Aqui a vasta classe média faminta não desempenha o papel de amortecedor da luta de classes, apegada à lei e ao protesto pacífico. Pelo contrário, por causa de sua miséria, é uma classe explosiva que recorre às ruas por meio da ação direta para chamar a atenção para seus problemas. No devido tempo, será a força material que tornará possível a revolução social dirigida pelo proletariado e seu partido.

O mal-estar social – na ausência do proletariado como vanguarda política com perspectiva própria – resultou em que o problema da opressão nacional da burguesia brancoide sobre a maioria indígena e mestiça do país, transversal a todos os setores oprimidos, tornou-se no canal de expressão da rebelião dessas massas. A expulsão do governo do gringo neoliberal Sánchez de Lozada (Goni) pelas massas insurrecionais de pele morena, criou as condições para que o camponês indígena Evo Morales despertasse na Bolívia indígena a ilusão de que um “irmão” no poder era nada menos que sinônimo de libertação após 500 anos de humilhação.

Vivemos uma situação em que é mais do que evidente que a classe dominante não pode mais se sustentar no poder se não for à custa do agravamento da pobreza, do desemprego, do atraso nacional. A crise política burguesa atingiu um ponto de ingovernabilidade democrática formal. A luta entre os interesses mesquinhos dos politiqueros se impõe paralisando os poderes formais do Estado. O parlamento, o judiciário, o executivo e o poder eleitoral, enredados na luta entre o MAS e a velha direita neoliberal, estão paralisados.

Cabe ao proletariado levantar as bandeiras da Tese de Pulacayo.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





Chile: Os conflitos internacionais se expressam em guerras no Oriente Médio e em outras latitudes

O imperialismo dos EUA encabeça a escalada de conflitos. No Oriente Médio, usa o regime sionista israelense como testa-de-ferro. Os imbecis que aprovam essas guerras são os ultradireitistas e fascistas no mundo, para preservar os privilégios de suas burguesias, e os ignorantes que os seguem na rabeira. A fúria brutal e cruel é vivida pelos palestinos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, transformada em genocídio em pleno século 21, em defesa da unidade anglo-saxônica-União Europeia.

Segundo relatórios internacionais, 50% das armas usadas no genocídio palestino são europeias. E ainda têm a coragem de acusar a resistência palestina de terrorista, pretexto para empregar toda sua fúria no assassinato, principalmente, de crianças e mulheres que vivem sob lona que servem para se proteger da intempérie. Apesar da precariedade em que vivem, sem luz, água ou comida, continuam sendo bombardeados quando vão retirar alimentos lançados do ar por aviões e helicópteros, para que não morram de fome. O genocídio do regime sionista é apoiado pelos Estados Unidos e pela Europa, ignorando as grandes manifestações que se espalham pelo mundo. O sionismo e Donald Trump pretendiam espalhar esse genocídio contra o Estado iraniano, mas foram confrontados pela resistência do Estado Persa.

No Chile, a direita e a ultradireita críticas ao governo de Boric baseiam sua rejeição no fato deste ter retirado os conselheiros militares chilenos que, segundo a imprensa nacional, atuavam em tarefas de espionagem contra o Irã, e pelo fato do governo chileno acusar abertamente o regime sionista de genocídio. Para os chilenos, essa é a realidade. Foram criados comitês de apoio à Palestina ocupada, que realizaram importantes marchas em apoio ao povo palestino, chegando a reunir 500 mil pessoas. É a atitude ativa das massas nacionais que pressionou o boricismo a retirar os conselheiros do estado colonialista israelense. Mas há também uma razão fundamentalmente eleitoral, porque haverá uma mudança de presidente nas eleições que serão realizadas em novembro deste ano.

Parece que não há mais esquerda no país, pois continuam se apoiando na Constituição de Pinochet e também nas pesquisas realizadas pelas redes de jornalismo e pelas declarações dos candidatos da suposta esquerda, que favorecem a direita e a ultradireita.

O povo do Chile teve de sofrer 17 anos de uma brutal ditadura militar e 35 anos de uma ditadura civil que se renovou em benefício do capital multinacional, vindo de todas as partes, que nos sufoca, que nos mata numa lenta e sofrida agonia. Os atuais candidatos de todo o espectro político aprofundam e agravam cada vez mais o lento caminho para a nossa morte. Há milhares de desempregados, a repressão contra o protesto está ficando cada vez mais dura. O que podemos concluir é que o voto imposto pela ordem burguesa é inútil, que apenas a destruição do capitalismo é o caminho para salvar a humanidade e o ecossistema natural. Contra a destruição causada pelas guerras imperialistas, que promovem a colonização e a barbárie no mundo, somente a mudança da sociedade nos salvará da ameaça da hecatombe mundial, não é uma luta de etnias, é uma luta de classes. A classe operária é a única que pode salvar o mundo da ameaça que pode acabar com o planeta Terra.

Nestas eleições de novembro, devemos anular nosso voto.

**Construamos o Partido Operário Revolucionário no Chile
Contra o nacionalismo burguês, levantar o Internacionalismo Proletário**

Somente o proletariado será capaz de construir uma sociedade socialista

É a única classe que tem no seu programa revolucionário a destruição da sociedade capitalista

O “socialismo democrático” e o “socialismo estalinista” perpetuarão o sistema capitalista que caminha à destruição do mundo

Socialismo ou Barbárie!

C.C.P.O.R.Ch Junho 2025

Argentina: A classe operária deve se tornar politicamente independente para acabar com Milei, o FMI e as corporações que o sustentam

O governo Milei é um experimento nacional de extrema direita, autoritário, de ataque aberto e declarado contra os direitos e conquistas da classe operária e dos oprimidos, que testa a capacidade de resistência das massas. Um experimento que faz parte da guinada à direita em escala mundial da burguesia, de suas instituições e de seus partidos, diante do esgotamento do capitalismo decomposto que descarrega violentamente sua crise contra a maioria. Declara-se abertamente como um apoiador de Trump e Netanyahu, dos EUA e de Israel, submetendo-se covardemente às suas políticas de guerra comercial e bélica. Apoiava o genocídio do povo palestino e o ataque ao Irã.

1. O governo de Milei é uma ditadura civil. Para aplicar as políticas de austeridade violenta contra as massas, aplicou uma política abertamente repressiva atacando as liberdades democráticas, passou por cima das leis e ignorou o Congresso. Governa sem orçamento nacional, por decreto. Seus projetos de lei são elaborados fora do Congresso, por escritórios vinculados a grandes empresas. Chantageia as províncias para apoiarem suas

políticas. Reivindica a ditadura genocida, desmantela organizações dedicadas à investigação de seus crimes. Insiste em incorporar as forças armadas à repressão interna, como exigem os EUA. Questiona abertamente os direitos civis conquistados nas últimas décadas.

2. Milei representa as grandes corporações nacionais e estrangeiras que o sustentam e ditam suas políticas. Liberou preços, eliminou controles e regulamentações, liberou importações. Elimina os subsídios de serviços públicos à população. Cancelou obras públicas e reduziu os gastos previdenciários, os orçamentos da saúde e educação, para gerar um superávit financeiro que lhe permita pagar a enorme dívida externa e reduzir os impostos sobre o capital. Potencia a especulação financeira e justifica abertamente aqueles que sonham com impostos e carregam divisas para o exterior.

3. O governo Milei reconhece a dívida externa fraudulenta e submete-se ao programa do FMI, garantindo que as suas políticas atenderão todas as suas exigências. Desde o início, defendeu o apoio à pilhagem de nossas riquezas, à privatização de empresas estatais, à entre-

ga de seus bens mais preciosos. Uma renúncia aberta à defesa da soberania nacional, o que agrava a submissão ao imperialismo como nos tempos mais desastrosos da história da Argentina.

4. É um governo fraco. É o produto do esgotamento da democracia burguesa, de seus partidos, de suas instituições. É o produto do fracasso dos governos de Macri e Alberto Fernández, que contribuíram para o retrocesso das condições de vida e trabalho das massas. Foi financiado pelas grandes corporações, que generosamente lhe ofereceram a imprensa para se mostrar oposto à politicagem burguesa. O que gerou a ilusão de que poderia fazer um governo diferente. Não conseguiu, porém, gerar um movimento ativo de apoio, seus atos são muito minoritários, mas soube capitalizar eleitoralmente o descontentamento de grande parte da população. Não pôde provocar um movimento de confronto físico de pobres contra pobres, como alguns dirigentes de direita imaginaram e promoveram. As ruas estiveram sempre ocupadas pela resistência às suas políticas.

5. Os oprimidos em geral sofrem as consequências do forte ataque às suas condições de vida e de trabalho. Forte retrocesso no poder de compra de salários e aposentadorias e o bloqueio do governo à sua recuperação, impondo um teto nos reajustes salariais. Centenas de milhares de trabalhadores demitidos e dispensados. Deterioração da educação e da saúde pública. Sufocamento financeiro das províncias.

6. Sua política econômica é um fracasso, não consegue sair da profunda recessão que provocou, com queda acentuada do consumo e da produção. Seu esquema parasitário chega ao fim, porque o endividamento recorde atingiu seu limite, não consegue mais os dólares necessários para manter a ficção de um preço controlado do dólar, questão que considera essencial para manter a inflação artificialmente baixa. Os dólares estão fugindo e se perdendo com o aumento recorde das importações. Os especuladores começaram a se retirar dos investimentos em pesos para transformá-los em dólares e levá-los para fora do país. As vantagens extraordinárias para os investidores saquearem os recursos do país não funcionaram, não só o investimento estrangeiro direto não cresce como diminui. A única bandeira do governo diante das massas, de reduzir e estabilizar a inflação, também está chegando ao fim.

7. Os resultados eleitorais em várias províncias confirmam um grau histórico de abstenção, mais forte nos bairros e regiões mais pobres, o que mostra uma perda de ilusões no governo e também naqueles que se apresentam como opositores. É a consequência da frustração com a democracia burguesa em geral, que tem sido o terreno de forte recuo nas condições materiais de vida e trabalho. Esse resultado eleitoral expressa de forma distorcida a crescente resistência popular às políticas do governo.

8. O judiciário colonizado pelo capital financeiro cumpriu a ordem de banir eleitoralmente Cristina Kirchner por toda a vida, como parte da perseguição que realiza há vários anos, com o objetivo de acabar com o que chamam de populismo, com um setor burguês que não se disciplina completamente a suas ordens. Essa perseguição inclui a tentativa de assassiná-la e garantir a impunidade daqueles que prepararam e financiaram o ataque. Essa medida fortaleceu a crise política porque gerou mobilizações de massa em apoio à ex-presidenta, contra a medida de perseguição e contribuiu para unificar o fragmentado peronismo. A perseguição política do grande capital, usando sua Justiça contra o kirchnerismo, contribuiu para sua sobrevivência política como vem acontecendo há 70 anos.

9. Desde o primeiro dia, o governo Milei encontrou a resistência das massas à sua política, desafiando os protocolos repressivos, as ameaças e intimidações e as ações brutais das forças repressivas. Mobilizações históricas em defesa da educação, em memória da última ditadura genocida, contra os discursos antidireitos de Milei, greves e ocupações contra demissões no Estado. Greves gerais convocadas pela CGT e pelos CTAs. Mobilizações em defesa da Aerolíneas e do Banco Nación. Mobilizações permanentes de aposentados acompanhadas de mobilizações de torcedores, sindicatos e outros setores em luta que os tomaram como referência. Lutas crescentes contra demissões e exigindo reajustes salariais que recuperem o que foi perdido. Essa resistência teve um primeiro estágio de expectativa no Congresso, de que poderia colocar um limite, um freio na política de ataque de Milei. Em poucos meses, ficou claro que o Congresso era impotente diante da ofensiva do governo.

10. Este movimento geral se choca objetivamente com o governo, com as instituições. As direções políticas e sindicais pretendem orientá-lo para as eleições, derrotar Milei nas eleições de meio de mandato e nas eleições presidenciais de 2027, e elucubram diferentes fórmulas de unidade, de grandes frentes anti-Milei. O chamado é para que as massas vão votar e votem bem, de alguma forma tornando-as responsáveis por terem votado em Milei. Chamam para defender a democracia que estaria ameaçada pelo autoritarismo de Milei.

11. O grande problema é como lutar por uma direção politicamente independente desse extraordinário movimento. Uma direção proletária, que oriente as massas para a luta para derrubar a ditadura civil de Milei, com seus próprios métodos, com seu próprio programa, com sua própria organização, com sua estratégia. É derrotar a política das grandes corporações que a sustentam. Isso significa defender claramente as demandas imediatas: o salário mínimo e a aposentadoria iguais ao custo da cesta básica; acabar com todas as formas de precarização trabalhista; orçamento para saúde e educação; um plano de obras públicas para resolver as necessidades mais urgentes das massas; demandas que devemos relacionar com a luta pela soberania nacional, por ignorar o programa do FMI, desconhecer toda a dívida pública acabando com o parasitismo financeiro; impedir a privatização de empresas estatais e recuperar as privatizadas; estatizar o sistema bancário e o comércio exterior; expropriar a indústria de hidrocarbonetos e mineração; expropriar a oligarquia latifundiária; recuperar para o Estado os rios, lagos e portos. Romper os acordos diplomáticos e militares que ligam o País ao imperialismo. Ignorar as decisões de seus tribunais. Solidariedade com o povo palestino e com o Irã e todos os povos atacados pelo imperialismo.

12. Esta política só pode ser imposta por um governo de outra classe, por um governo operário e camponês, da maioria oprimida, que será o produto de uma revolução social dirigida pela classe operária. Desta forma, poderemos colocar todos os recursos a serviço da maioria, planejando a economia, começando a construir outra sociedade, começando a construir o socialismo. Não há outra maneira, não há outra saída para acabar com esse punhado de capitalistas que se apoderaram do país e nos mergulharam na miséria, na precariedade e no desemprego, enquanto eles ficam cada vez mais ricos. Todas as formas de governos capitalistas já foram tentadas, todas elas nos levaram a essa situação de desastre. É hora de a classe operária tomar as rédeas do país. Nesta luta, devemos recuperar todas as organizações sindicais para a classe operária.